

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	4
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
Notas Explicativas	44

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	94
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.823.484
Preferenciais	4.650.146
Total	7.473.630
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/07/2017	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/07/2017	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/10/2017	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/10/2017	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2017	Ordinária		0,07900
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2017	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2017	Preferencial		0,07900
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2018	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2018	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/04/2018	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/04/2018	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2018	Ordinária		0,16806
Reunião do Conselho de Administração	19/12/2017	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2018	Preferencial		0,16806
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2018	Ordinária		0,37400
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Juros sobre Capital Próprio	07/03/2018	Preferencial		0,37400
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Dividendo	07/03/2018	Ordinária		0,11025
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Dividendo	07/03/2018	Preferencial		0,11025
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Dividendo	05/04/2018	Ordinária		0,18500

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	19/02/2018	Dividendo	05/04/2018	Preferencial		0,18500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	57.797.000	50.873.000	47.011.000
1.01	Ativo Circulante	2.425.000	2.469.000	2.291.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.000	666.000	802.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.439.000	310.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	995.000	310.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	52.000	310.000	282.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	943.000	0	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	444.000	0	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	444.000	0	0
1.01.03	Contas a Receber	656.000	1.006.000	888.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	656.000	1.006.000	888.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	656.000	1.006.000	888.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	256.000	485.000	318.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	256.000	485.000	318.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.000	2.000	1.000
1.01.08.03	Outros	3.000	2.000	1.000
1.02	Ativo Não Circulante	55.372.000	48.404.000	44.720.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	862.000	721.000	534.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	822.000	683.000	486.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	822.000	683.000	486.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	40.000	38.000	48.000
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	36.000	34.000	44.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	4.000	4.000	4.000
1.02.02	Investimentos	53.962.000	47.138.000	43.641.000
1.02.02.01	Participações Societárias	53.962.000	47.138.000	43.641.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.207.000	2.094.000	2.425.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	51.755.000	45.044.000	41.216.000
1.02.03	Imobilizado	88.000	85.000	85.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	88.000	85.000	85.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	57.797.000	50.873.000	47.011.000
2.01	Passivo Circulante	1.871.000	2.319.000	1.563.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.000	286.000	111.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.000	286.000	111.000
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	22.000	286.000	111.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	509.000	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	501.000	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	501.000	0	0
2.01.04.02	Debêntures	8.000	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.340.000	2.033.000	1.452.000
2.01.05.02	Outros	1.340.000	2.033.000	1.452.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.334.000	2.028.000	1.444.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	6.000	5.000	8.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.697.000	825.000	601.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.200.000	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.200.000	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	245.000	0	0
2.02.02.02	Outros	245.000	0	0
2.02.02.02.03	Outros Passivos	245.000	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	8.000	4.000	6.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.000	4.000	6.000
2.02.04	Provisões	1.244.000	821.000	595.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.244.000	821.000	595.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.244.000	821.000	595.000
2.03	Patrimônio Líquido	53.229.000	47.729.000	44.847.000
2.03.01	Capital Social Realizado	37.145.000	36.405.000	32.325.000
2.03.02	Reservas de Capital	713.000	497.000	647.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	3.000	3.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.02.04	Opções Outorgadas	706.000	678.000	650.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-204.000	-33.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	18.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	16.556.000	12.370.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.374.000	954.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.180.000	10.174.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	5.002.000	1.242.000	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.191.000	-1.549.000	-786.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	8.312.000	7.939.000	8.837.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.000	-43.000	-40.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	23.000	24.000	12.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-308.000	-288.000	-227.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-308.000	-288.000	-227.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.650.000	8.246.000	9.092.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.312.000	7.939.000	8.837.000
3.06	Resultado Financeiro	-42.000	67.000	98.000
3.06.01	Receitas Financeiras	133.000	146.000	150.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-175.000	-79.000	-52.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.270.000	8.006.000	8.935.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	133.000	205.000	-67.000
3.08.01	Corrente	-5.000	6.000	0
3.08.02	Diferido	138.000	199.000	-67.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.403.000	8.211.000	8.868.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	8.403.000	8.211.000	8.868.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,13	1,11	1,2
3.99.01.02	PN	1,13	1,11	1,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,13	1,11	1,2
3.99.02.02	PN	1,13	1,11	1,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	8.403.000	8.211.000	8.868.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	358.000	-763.000	-301.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	343.000	-741.000	-321.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	7.000	-22.000	20.000
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes Próprios	8.000	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.761.000	7.448.000	8.567.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	196.000	40.000	272.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	112.000	-10.000	21.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	8.403.000	8.211.000	8.868.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.650.000	-8.246.000	-9.092.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-138.000	-199.000	67.000
6.01.01.04	Provisões	351.000	169.000	138.000
6.01.01.05	Variações Monetárias Líquidas	143.000	52.000	38.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	3.000	3.000	2.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	147.000	50.000	251.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros	231.000	-28.000	8.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	244.000	-147.000	-93.000
6.01.02.03	Redução em Demais Ativos	313.000	466.000	373.000
6.01.02.04	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais	-263.000	174.000	85.000
6.01.02.05	Redução em Demais Passivos	-378.000	-415.000	-122.000
6.01.03	Outros	-63.000	0	0
6.01.03.01	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-63.000	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.079.000	2.842.000	2.374.000
6.02.01	Aumento de Capital em Subsidiária	0	-1.000	-200.000
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-2.954.000	0	0
6.02.03	Venda de Investimentos	2.000	0	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-6.000	-4.000	-17.000
6.02.05	Recebimento de Juros sobre Debêntures	31.000	0	0
6.02.06	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.006.000	2.847.000	2.591.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.870.000	-3.018.000	-2.487.000
6.03.01	Integralização de Capital	68.000	0	3.000
6.03.02	Operação de Mútuo	498.000	0	0
6.03.03	Amortização de Operação de Mútuo	-200.000	0	0
6.03.04	Emissão de Debêntures	1.200.000	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	200.000	0	0
6.03.06	Aquisição de Ações para Tesouraria	-449.000	-204.000	-38.000
6.03.07	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-3.187.000	-2.814.000	-2.452.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-595.000	-136.000	159.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	666.000	802.000	643.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.000	666.000	802.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	740.000	216.000	3.079.000	-7.296.000	0	-3.261.000
5.04.01	Aumentos de Capital	740.000	0	0	0	0	740.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-449.000	0	0	0	-449.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-448.000	0	-448.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.846.000	0	-1.846.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	653.000	-653.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	5.002.000	-5.002.000	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	11.000	-28.000	0	0	-17.000
5.04.12	Ágio na Emissão de Ações	0	1.000	0	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.403.000	358.000	8.761.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.403.000	0	8.403.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	358.000	358.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.107.000	-1.107.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.107.000	-1.107.000	0	0
5.07	SalDOS Finais	37.145.000	719.000	16.556.000	0	-1.191.000	53.229.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-151.000	-4.180.000	-4.315.000	0	-4.566.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-444.000	0	-444.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.629.000	0	-2.629.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	20.000	-591.000	0	0	-571.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	1.242.000	-1.242.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.211.000	-763.000	7.448.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.211.000	0	8.211.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.000	-763.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	127.000	-5.338.000	-3.035.000	0	-2.946.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-38.000	0	0	0	-38.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-916.000	0	-916.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.401.000	0	-1.401.000
5.04.08	Subscrição e Integralização de Capital	300.000	0	0	0	0	300.000
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	96.000	-96.000	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	69.000	-242.000	0	0	-173.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	718.000	-718.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.868.000	-301.000	8.567.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.868.000	0	8.868.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.000	-301.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.833.000	-5.833.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.833.000	-5.833.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.000	-31.000	-31.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.000	-21.000	-21.000
7.02.04	Outros	-12.000	-10.000	-10.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-1.000	-3.000	-5.000
7.02.04.02	Outros	-11.000	-7.000	-5.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-51.000	-31.000	-31.000
7.04	Retenções	-3.000	-3.000	-2.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.000	-3.000	-2.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-54.000	-34.000	-33.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.970.000	8.416.000	9.254.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.650.000	8.246.000	9.092.000
7.06.02	Receitas Financeiras	133.000	146.000	150.000
7.06.03	Outros	187.000	24.000	12.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.916.000	8.382.000	9.221.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.916.000	8.382.000	9.221.000
7.08.01	Pessoal	7.000	8.000	7.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.000	8.000	7.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	344.000	84.000	294.000
7.08.02.01	Federais	344.000	84.000	294.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	162.000	79.000	52.000
7.08.03.01	Juros	162.000	79.000	52.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.403.000	8.211.000	8.868.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.848.000	3.871.000	2.120.000
7.08.04.02	Dividendos	448.000	444.000	915.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.107.000	3.896.000	5.833.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	65.580.000	59.020.000	54.830.000
1.01	Ativo Circulante	5.779.000	6.344.000	6.114.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.218.000	2.434.000	2.174.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.439.000	310.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	995.000	310.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	52.000	310.000	282.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	943.000	0	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	444.000	0	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	444.000	0	0
1.01.03	Contas a Receber	1.091.000	934.000	996.000
1.01.03.01	Clientes	1.091.000	934.000	996.000
1.01.04	Estoques	839.000	907.000	968.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	445.000	636.000	506.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	445.000	636.000	506.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	747.000	1.123.000	1.188.000
1.01.08.03	Outros	747.000	1.123.000	1.188.000
1.01.08.03.01	Outros Ativos Financeiros	725.000	1.109.000	1.175.000
1.01.08.03.03	Outros Ativos Não Financeiros	22.000	14.000	13.000
1.02	Ativo Não Circulante	59.801.000	52.676.000	48.716.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.236.000	2.875.000	2.329.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.699.000	1.529.000	1.442.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.158.000	961.000	816.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.158.000	961.000	816.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	379.000	385.000	71.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos Financeiros	333.000	314.000	41.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos Não Financeiros	46.000	71.000	30.000
1.02.02	Investimentos	51.777.000	45.062.000	41.216.000
1.02.02.01	Participações Societárias	51.777.000	45.062.000	41.216.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	51.777.000	45.062.000	41.216.000
1.02.03	Imobilizado	3.669.000	3.742.000	4.146.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.669.000	3.742.000	4.146.000
1.02.04	Intangível	1.119.000	997.000	1.025.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.119.000	997.000	1.025.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	65.580.000	59.020.000	54.830.000
2.01	Passivo Circulante	3.292.000	3.711.000	3.082.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	168.000	367.000	178.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	168.000	367.000	178.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	28.000	44.000	29.000
2.01.03.01.02	Outras	140.000	323.000	149.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.058.000	780.000	675.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.050.000	780.000	668.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	789.000	311.000	513.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	261.000	469.000	155.000
2.01.04.02	Debêntures	8.000	0	7.000
2.01.05	Outras Obrigações	2.066.000	2.564.000	2.229.000
2.01.05.02	Outros	2.066.000	2.564.000	2.229.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.377.000	2.032.000	1.568.000
2.01.05.02.04	Outros Passivos	689.000	532.000	661.000
2.02	Passivo Não Circulante	6.066.000	4.630.000	3.877.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.698.000	2.932.000	2.423.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.498.000	2.932.000	2.293.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.127.000	2.340.000	1.353.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	371.000	592.000	940.000
2.02.01.02	Debêntures	1.200.000	0	130.000
2.02.02	Outras Obrigações	456.000	206.000	100.000
2.02.02.02	Outros	456.000	206.000	100.000
2.02.02.02.03	Outros Passivos	456.000	206.000	100.000
2.02.03	Tributos Diferidos	496.000	496.000	611.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	496.000	496.000	611.000
2.02.04	Provisões	1.416.000	996.000	743.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.416.000	996.000	743.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.297.000	889.000	650.000
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	87.000	85.000	73.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	32.000	22.000	20.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	56.222.000	50.679.000	47.871.000
2.03.01	Capital Social Realizado	37.145.000	36.405.000	32.325.000
2.03.01.01	Capital Social	37.145.000	36.405.000	32.325.000
2.03.02	Reservas de Capital	713.000	497.000	647.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	4.000	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	706.000	678.000	650.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-204.000	-33.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	1.000	18.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	16.556.000	12.370.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.374.000	954.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.180.000	10.174.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	5.002.000	1.242.000	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.191.000	-1.549.000	-786.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.993.000	2.950.000	3.024.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.969.000	4.687.000	4.885.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.674.000	-3.641.000	-3.731.000
3.03	Resultado Bruto	1.295.000	1.046.000	1.154.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7.295.000	7.182.000	7.914.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-686.000	-629.000	-621.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-322.000	-307.000	-316.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	306.000	133.000	96.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-567.000	-594.000	-302.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-310.000	-290.000	-229.000
3.04.05.02	Outras	-257.000	-304.000	-73.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.564.000	8.579.000	9.057.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.590.000	8.228.000	9.068.000
3.06	Resultado Financeiro	-226.000	-191.000	-92.000
3.06.01	Receitas Financeiras	375.000	385.000	446.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-601.000	-576.000	-538.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.364.000	8.037.000	8.976.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	158.000	179.000	18.000
3.08.01	Corrente	-65.000	-75.000	-40.000
3.08.02	Diferido	223.000	254.000	58.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	8.522.000	8.216.000	8.994.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	8.522.000	8.216.000	8.994.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.403.000	8.211.000	8.868.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	119.000	5.000	126.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,13	1,11	1,2
3.99.01.02	PN	1,13	1,11	1,2
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.99.02.01	ON	1,13	1,11	1,2
3.99.02.02	PN	1,13	1,11	1,2

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	8.522.000	8.216.000	8.994.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	358.000	-763.000	-301.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	343.000	-743.000	-321.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	7.000	-20.000	20.000
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes Próprios	8.000	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	8.880.000	7.453.000	8.693.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.761.000	7.448.000	8.567.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	119.000	5.000	126.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	669.000	475.000	986.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.187.000	891.000	974.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	8.522.000	8.216.000	8.994.000
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.564.000	-8.579.000	-9.057.000
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-223.000	-254.000	-58.000
6.01.01.04	Provisões	205.000	194.000	139.000
6.01.01.05	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	499.000	478.000	422.000
6.01.01.06	Depreciação, Amortização e Exaustão	592.000	645.000	638.000
6.01.01.07	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-215.000	-158.000	-125.000
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.000	48.000	18.000
6.01.01.09	Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado e Intangível	0	155.000	0
6.01.01.10	Outros	358.000	146.000	3.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-134.000	-70.000	276.000
6.01.02.01	Aumento em Ativos Financeiros	230.000	-28.000	8.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-194.000	14.000	55.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Estoques	89.000	61.000	-137.000
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	257.000	-21.000	-134.000
6.01.02.05	Redução em Demais Ativos	-105.000	-289.000	105.000
6.01.02.06	Redução em Obrigações Fiscais	-210.000	89.000	51.000
6.01.02.07	Redução em Demais Passivos	-201.000	104.000	328.000
6.01.03	Outros	-384.000	-346.000	-264.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-46.000	-15.000	-13.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-338.000	-331.000	-251.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	696.000	2.292.000	1.974.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-3.004.000	-131.000	-1.000
6.02.02	Venda de Investimentos	2.000	0	0
6.02.03	Recebimento de Juros sobre Debêntures	31.000	0	0
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	-399.000	-404.000	-575.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.02.05	Venda de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	53.000	0	0
6.02.06	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	4.004.000	2.827.000	2.550.000
6.02.07	Recebimento de Precatório	9.000	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.583.000	-2.499.000	-2.687.000
6.03.01	Integralização de Capital	68.000	20.000	3.000
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-449.000	-204.000	-38.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-3.190.000	-2.900.000	-2.545.000
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	751.000	2.162.000	719.000
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-963.000	-1.406.000	-819.000
6.03.06	Emissão de Debêntures	1.200.000	0	0
6.03.07	Amortização de Debêntures	0	-153.000	-7.000
6.03.08	Pagamento aos Acionistas Dissidentes	0	-18.000	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.000	-8.000	4.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.216.000	260.000	277.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.434.000	2.174.000	1.897.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.218.000	2.434.000	2.174.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	740.000	216.000	3.079.000	-7.296.000	0	-3.261.000	-76.000	-3.337.000
5.04.01	Aumentos de Capital	740.000	0	0	0	0	740.000	0	740.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-449.000	0	0	0	-449.000	0	-449.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-448.000	0	-448.000	0	-448.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.846.000	0	-1.846.000	-39.000	-1.885.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	653.000	-653.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	5.002.000	-5.002.000	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000	0	-1.242.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	11.000	-28.000	0	0	-17.000	0	-17.000
5.04.12	Ágio na Emissão de Ações	0	1.000	0	0	0	1.000	0	1.000
5.04.13	Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-37.000	-37.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.403.000	358.000	8.761.000	119.000	8.880.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.403.000	0	8.403.000	119.000	8.522.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	358.000	358.000	0	358.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.107.000	-1.107.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.107.000	-1.107.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.145.000	719.000	16.556.000	0	-1.191.000	53.229.000	2.993.000	56.222.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-151.000	-4.180.000	-4.315.000	0	-4.566.000	-79.000	-4.645.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-204.000	0	0	0	-204.000	0	-204.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-444.000	0	-444.000	0	-444.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.629.000	0	-2.629.000	0	-2.629.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	20.000	-591.000	0	0	-571.000	0	-571.000
5.04.11	Redução da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-79.000	-79.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	1.242.000	-1.242.000	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.211.000	-763.000	7.448.000	5.000	7.453.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.211.000	0	8.211.000	5.000	8.216.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-763.000	-763.000	0	-763.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.896.000	-3.896.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	127.000	-5.338.000	-3.035.000	0	-2.946.000	-115.000	-3.061.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.000.000	0	-5.000.000	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-38.000	0	0	0	-38.000	0	-38.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-916.000	0	-916.000	0	-916.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.401.000	0	-1.401.000	0	-1.401.000
5.04.08	Subscrição e Integralização de Capital	300.000	0	0	0	0	300.000	0	300.000
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	96.000	-96.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	69.000	-242.000	0	0	-173.000	0	-173.000
5.04.12	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	0	0	718.000	-718.000	0	0	0	0
5.04.13	Redução da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-115.000	-115.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.868.000	-301.000	8.567.000	126.000	8.693.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.868.000	0	8.868.000	126.000	8.994.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-301.000	-301.000	0	-301.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.833.000	-5.833.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.833.000	-5.833.000	0	0	0	0
5.07	Saldo Finais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	6.366.000	5.929.000	6.190.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.247.000	5.866.000	6.165.000
7.01.02	Outras Receitas	132.000	111.000	43.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.000	-48.000	-18.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.100.000	-4.040.000	-3.921.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.391.000	-3.138.000	-3.280.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-709.000	-902.000	-638.000
7.02.04	Outros	0	0	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.266.000	1.889.000	2.269.000
7.04	Retenções	-592.000	-645.000	-638.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-592.000	-645.000	-638.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.674.000	1.244.000	1.631.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.124.000	8.990.000	9.509.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.564.000	8.579.000	9.057.000
7.06.02	Receitas Financeiras	375.000	385.000	446.000
7.06.03	Outros	185.000	26.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.798.000	10.234.000	11.140.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.798.000	10.234.000	11.140.000
7.08.01	Pessoal	831.000	791.000	813.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	668.000	627.000	650.000
7.08.01.02	Benefícios	120.000	119.000	117.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	42.000	43.000	44.000
7.08.01.04	Outros	1.000	2.000	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	866.000	674.000	818.000
7.08.02.01	Federais	800.000	522.000	601.000
7.08.02.02	Estaduais	51.000	141.000	211.000
7.08.02.03	Municipais	15.000	11.000	6.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	579.000	553.000	515.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.08.03.01	Juros	575.000	553.000	515.000
7.08.03.02	Aluguéis	4.000	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	8.522.000	8.216.000	8.994.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.848.000	3.871.000	2.120.000
7.08.04.02	Dividendos	448.000	444.000	915.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.107.000	3.896.000	5.833.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	119.000	5.000	126.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2017, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram examinadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM que, na qualidade de auditores independentes, emitiram relatório sem ressalvas e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as Demonstrações Contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As Demonstrações Contábeis foram disponibilizadas à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

1) AMBIENTE ECONÔMICO

No cenário doméstico, o PIB avançou 0,6% nos três primeiros trimestres de 2017, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado configura uma melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração da economia.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua encontra-se em 11,8% no trimestre terminado em dezembro de 2017, ante 12,0% no mesmo período do ano anterior. Na margem, observa-se uma queda do desemprego, mas devido ao aumento da população ocupada por conta própria ou sem carteira assinada.

A indústria vem apresentando sinais de estabilidade nos últimos meses. Após uma queda mensal dessazonalizada de 0,3% na produção industrial em agosto, foram observadas altas de 0,5%, 0,6%, 0,3% e 2,8% nos meses subsequentes até dezembro.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -3,5% em dezembro de 2017, em termos reais,

contra um recuo de 9,2% no mesmo mês de 2016. As concessões acumuladas em 2017 ficaram estáveis em relação ao ano anterior, em termos reais, contra uma queda de 16,1% em 2016. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,4 p.p. nos últimos 12 meses para 3,6% em dezembro de 2017. A inadimplência para Pessoa Jurídica recuou para 2,9% (3,5% em dezembro de 2016).

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 2,9% no ano fechado de 2017, bem abaixo dos 6,3% registrados no ano anterior. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 8,0% no período, enquanto os preços livres, 1,3%.

A inflação corrente abaixo da meta e a atividade aquém do esperado tem permitido a flexibilização da política monetária. Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 7,0% ao ano (dezembro de 2017).

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Renovação do Acordo de Acionistas Itaúsa

O Acordo de Acionistas da ITAÚSA será automaticamente renovado em 24.06.2019, por mais 10 anos, em razão da ausência de manifestações contrárias pelos subscritores até 24.06.2017, conforme procedimentos previstos na Cláusula 12 do referido Acordo. Esta decisão reforça o compromisso dos Controladores com a sustentabilidade e perenidade da Companhia.

Sustentabilidade

Pelo décimo quarto ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI), principal *ranking* de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2017/2018, a carteira é integrada por 319 empresas de 29 países, das quais apenas 6 brasileiras – entre elas a Itaúsa e o Itaú Unibanco Holding S.A.

A Itaúsa obteve a maior nota do setor bancário nos seguintes quesitos:

- Política/Medidas Anticrime;
- Estabilidade Financeira e Risco Sistêmico;
- Riscos e Oportunidades do Negócio;
- Estratégia Climática;
- Relatórios Ambientais; e
- Reporte Social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Além disso, a Itaúsa e o Itaú Unibanco foram novamente selecionados para compor a *carteira Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*.

Pelo décimo primeiro ano, a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE). Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 33 ações de 30 companhias, representando 12 setores que somavam R\$ 1,28 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 41,47% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na B3 (em 21.11.2017). Esta nova carteira vigorará de 08 de janeiro de 2018 a 04 de janeiro de 2019.

Funcionamento Permanente do Conselho Fiscal

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 07.08.2017, deliberou propor à próxima Assembleia Geral dos Acionistas a alteração do Estatuto Social da Companhia para tornar o funcionamento do Conselho Fiscal permanente. Esta proposta reafirma o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa.

Alienação e Aquisição de Participação Acionária Relevante

Em 15 de dezembro de 2017, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros informou que alienou a totalidade das ações ordinárias de emissão da Itaúsa que eram de sua titularidade. Na mesma data, a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência informou ter adquirido 432.226.693 ações ordinárias de emissão da Itaúsa, correspondentes a cerca de 15,3% do total de ações ordinárias da Companhia.

Em 26.12.2017, Walter Mendes de Oliveira Filho e Henrique Andrade Trinckquel Filho, membros efetivo e suplente do Conselho de Administração da Itaúsa, renunciaram aos seus respectivos cargos.

Evento Subsequente: Nomeação de Novos Membros do Conselho de Administração e Assinatura de Acordo de Acionistas

Em 01.02.2018, foram nomeados, por indicação da acionista Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“FAHZ”), Victório Carlos De Marchi, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, e Silvio José Moraes como seu respectivo suplente.

Em fevereiro de 2018, os Acionistas Controladores da Itaúsa celebraram Acordo de Acionistas com a FAHZ assegurando à ela o direito de eleger um membro efetivo para o Conselho de Administração da Itaúsa e respectivo membro suplente enquanto detiver determinada participação mínima no capital votante da Itaúsa, bem

como estabelece preferência recíproca de 3% das ações ordinárias da Itaúsa.

Programa de Recompra/Cancelamento de Ações da Companhia

Em 07.08.2017, o Conselho de Administração (CA) da Itaúsa deliberou cancelar as 50.970.229 ações ordinárias escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, mediante absorção de R\$ 448,7 milhões consignados nas reservas de lucros. O processo de aquisição de ações de emissão própria tem por objetivo a aplicação de recursos disponíveis da Companhia. Ao final de 2017, a Itaúsa não detinha ações em tesouraria.

Movimentos Estratégicos: NTS e Alpargatas NTS

Em 04.04.2017, a Itaúsa comunicou a aquisição de participação na Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS (“NTS”), empresa controlada pela Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (“FIP”), fundo gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.

O valor do investimento pela Itaúsa nesta aquisição foi de US\$ 292,3 milhões e resultou em uma participação final de 7,65% no capital social da NTS. Do valor investido, R\$ 696,9 milhões foram pagos em 04.04.2017 e US\$ 72,3 milhões serão pagos em 5 anos. Além da participação na NTS, a Itaúsa também adquiriu do FIP debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 (dez) anos e no valor total de R\$ 442,1 milhões.

A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petróleo Brasileiro S.A. por meio de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme (“*ship-or-pay*”). As autorizações têm vencimento a partir de 2039 e os contratos de transporte atuais têm vencimento entre 2025 e 2031.

A Itaúsa indicou um membro ao conselho de administração da NTS (de um total de até 10 membros) e participa do acordo de acionistas juntamente com o FIP e a Petrobras.

Em atendimento às normas contábeis, e em função da participação da Itaúsa na NTS ser inferior a 20% do capital, o investimento na aquisição de ações da NTS foi registrado na conta contábil de “Ativo Financeiro Disponível para Venda”. As debêntures adquiridas, por sua vez, foram registradas na conta contábil “Ativo Financeiro Mantido até o Vencimento”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Emissão de Debêntures

Para recompor o caixa, em função dos desembolsos relativos à aquisição da NTS e de ações para tesouraria, em 04.05.2017, o Conselho de Administração deliberou a emissão de debêntures no montante de R\$ 1,2 bilhão, com remuneração de 106,9% do CDI ao ano, com pagamentos semestrais e amortização de 1/3 ao final do 5º, 6º e 7º anos.

Alpargatas

Em 12.07.2017, a Itaúsa anunciou que, conjuntamente com Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e Cambuhy Investimentos Ltda., firmou contrato de compra e venda para aquisição da totalidade das ações de emissão da Alpargatas S.A. detidas pela J&F Investimentos S.A. (54,24% do total de ações).

Em 20.09.2017, houve o fechamento da transação. A Itaúsa adquiriu 27,12% do capital total da Alpargatas, representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,89% das ONs) e 23.968.521 ações preferenciais (10,47% das PNs), desembolsando o montante de cerca de R\$ 1,7 bilhão, sendo o preço por ação equivalente a R\$ 14,17 por ação ordinária e R\$ 11,32 por ação preferencial.

Em 07.02.2018 foi deferido pela CVM o pedido de registro da OPA para aquisição de ações ordinárias de acionistas minoritários a 80% do valor pago pelos atuais controladores (R\$ 11,34/ação). A Itaúsa poderá ter um desembolso máximo de ~ R\$ 200 milhões.

A reorganização da estrutura de Governança da Alpargatas vem ocorrendo desde o fechamento da operação:

- ➔ Em 20 de setembro de 2017 foi assinado Acordo de Acionistas entre Itaúsa e Cambuhy para compartilhamento do controle da Alpargatas;
- ➔ Na mesma data foi alterada a composição do Conselho de Administração da Alpargatas;
- ➔ Em 06 de outubro de 2017 foram instituídos três comitês de assessoramento, permanentes e não estatutários: Comitê de Estratégia, Comitê de Gente e Comitê de Finanças;
- ➔ Em Assembleia Extraordinária realizada em 01 de novembro de 2017, foram eleitos novos membros do Conselho Fiscal. Na mesma assembleia, foi deliberada a criação do Comitê de Auditoria, de caráter permanente e estatutário, e a reforma do Estatuto Social.

Emissão de Notas Promissórias

Em 13.07.2017 a Diretoria da Itaúsa deliberou emissão de notas promissórias até o valor de R\$ 1,8 bilhão, em três séries (vencimentos 2022, 2023 e 2024) com juros de 106% do DI para a primeira série, 107% para a segunda série e

108% para a terceira série. A remuneração e o valor nominal unitário serão pagos integralmente nas respectivas datas de vencimento das séries. Em 20.09.2017, a Diretoria deliberou que os recursos líquidos a serem futuramente captados mediante a colocação das Notas Promissórias serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia. Estas notas promissórias ainda não foram emitidas.

Eventos Societários e Remuneração aos Acionistas

Reunido em 19.02.2018, o Conselho de Administração da Itaúsa deliberou:

Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos de 2017:

- ➔ Pagar em 07.03.2018 o JCP declarado em 19.12.2017, tendo como data base 22.12.2017, no valor de R\$ 0,168060 por ação (líquido de R\$ 0,142851 por ação).
- ➔ Declarar JCP dividendos adicionais, tendo como data-base 22.02.2018, conforme segue:
 - (i) pagar JCP em 07.03.2018 no valor de R\$ 0,37400 por ação (líquido de R\$ 0,31790 por ação);
 - (ii) pagar dividendos em 07.03.2018 no valor de R\$ 0,11025 por ação; e
 - (iii) pagar dividendos em 05.04.2018 no valor de R\$ 0,18500 por ação, de modo que essa importância possa ser utilizada para integralização das ações que eventualmente vierem a ser subscritas pelos Acionistas na chamada de capital mencionada abaixo.

Chamada de Capital:

- ➔ Elevar o capital social de R\$ 37.145 milhões para R\$ 38.515 milhões, mediante emissão de 175.641.026 novas ações escriturais sem valor nominal, sendo 66.355.919 ordinárias e 109.285.107 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado:
 - (i) preço de subscrição: R\$ 7,80 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais na B3 no período de 06.10.2017 a 02.02.2018, ajustada com deságio de aproximadamente 30%;
 - (ii) direito de preferência: os acionistas poderão exercer o direito de preferência à subscrição no período de 28.02.2018 a 29.03.2018, na proporção de 2,3501435% sobre as ações da mesma espécie que possuem em 22.02.2018.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por conta do resultado apurado no exercício de 2017, a remuneração aos acionistas totalizará R\$ 6.601 milhões em dividendos/JCPs, líquidos de impostos. Esse montante representa um crescimento de 76,8% comparando-se ao total relativo ao exercício anterior. O *payout* (dividendos e JCP/lucro líquido da Controladora, excluída a reserva legal de 5%) de 2017 foi de 83%, aumento de 35p.p. em relação ao exercício de 2016. Nota-se que o total de dividendos/JCP relativo ao exercício de 2017, líquidos da chamada de capital (R\$ 5.231 milhões), representa um crescimento de 74,7% sobre o valor líquido do exercício de 2016 (R\$ 2.994 milhões).

Ao final de dezembro de 2017, o retorno do investimento em dividendos/JCP (*dividend yield*) ao acionista em relação à cotação média do ano da ação preferencial (ITSA4), líquido de impostos, foi de 8,90%.

Registramos que os Acionistas da Itaúsa, também correntistas do Itaú no Brasil e com ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itaubank.com.br) ou ligue (xx11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding*, a Itaúsa tem seu resultado composto essencialmente pela equivalência patrimonial, apurada a partir do resultado de suas controladas. Abaixo estão demonstrados o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na tabela Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente).

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016		Evolução		Em R\$ Milhões
		%		%			Evolução (%)
Setor Financeiro	9.135	98,7%	8.754	100,9%	381		4,4%
Setor não Financeiro	130	1,4%	(80)	-0,9%	210		262,5%
Alpargatas	48	0,5%	-	0,0%	48		n.a.
Duratex	66	0,7%	(4)	0,0%	70		1750,0%
Elekeiroz	39	0,4%	(49)	-0,6%	88		179,6%
Itautec	(23)	-0,2%	(27)	-0,3%	4		14,8%
Outros	(6)	-0,1%	4	0,0%	(10)		-250,0%
Total REP Recorrente	9.259	100,0%	8.678	100,0%	581		6,7%
Resultado Próprio da Itaúsa	(139)		(35)		(104)		-297,1%
Receitas/Despesas Financeiras	(42)		67		(109)		
Dividendos/JCP	175		-		175		
Despesas Administrativas	(53)		(43)		(10)		
Despesas Tributárias	(308)		(288)		(20)		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	11		24		(13)		
IR/CS	78		205		(127)		
Lucro Líquido Recorrente	9.120		8.643		477		5,5%
Resultado não recorrente	(717)		(432)				
Próprio	(108)		-				
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco	(589)		(170)				
Decorrentes de Participação Acionária nas demais empresas	(20)		(262)				
Alpargatas	(29)		-				
Duratex	2		13				
Elekeiroz	7		(283)				
Itautec	-		7				
Itaúsa Empreendimentos	-		1				
Lucro Líquido	8.403		8.211		192		2,3%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)**

Considerando-se a estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa, composta por 73 pessoas, as DGAs totalizaram R\$ 82 milhões em 2017, aumento de 15,5% em relação à 2016. Este aumento deve-se principalmente, à contratação de consultorias que apoiaram o processo de diversificação do portfólio da Itaúsa.

PRINCIPAIS INDICADORES DO RESULTADO CONSOLIDADO DA ITAÚSA

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido	8.403	8.211	119	5	8.522	8.216
Lucro Líquido Recorrente	9.120	8.643	192	(9)	9.312	8.634
Patrimônio Líquido	53.229	47.729	2.993	2.950	56.222	50.679
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,8%	17,7%	4,0%	0,2%	16,1%	16,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,2%	18,6%	6,5%	-0,3%	17,6%	17,5%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS**Indicadores por Ação**

	R\$ por ação		
	31/12/2017	31/12/2016	Evolução
Lucro Líquido da Controladora	1,13	1,11	1,9%
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	1,22	1,17	5,0%
Valor Patrimonial da Controladora	7,12	6,45	10,5%
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,88	0,50	75,1%
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	10,82	8,22	31,6%
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	80.865	60.855	32,9%

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**INDICADORES DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PORTFÓLIO ITAÚSA**

Apresentamos abaixo os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa, extraídos das Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Dezembro	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro					Em R\$ Milhões
								
Ativos Totais	2017	1.434.969	3.853	9.465	10.024	458	65.580	
	2016	1.353.241	3.782	9.341	n.d	434	59.020	
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2017	189.625	3.722	3.991	4.112	979	13.532	
	2016	208.274	4.054	3.910	n.d	771	13.266	
Lucro Líquido	2017	23.903	362	185	1.809	48	8.403	
	2016	23.263	362	24	n.d	(344)	8.211	
Patrimônio Líquido (PL)	2017	134.840	2.186	4.715	3.943	151	53.229	
	2016	122.582	1.976	4.570	n.d	111	47.729	
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽²⁾	2017	19,7%	17,1%	4,0%	45,1%	38,0%	16,8%	
	2016	20,1%	18,9%	0,5%	n.d	-93,0%	17,7%	
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2017	83.366	478	1.014	2.781	86	1.187	
	2016	97.507	515	932	n.d	(24)	891	
Participação acionária da Itaúsa ^{(4) (5)}	2017	37,64%	27,55%	36,68%	7,65%	96,60%		
	2016	37,36%	n.a.	35,57%	n.a.	96,60%		

(1) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras

- Alpargatas, Duratex, Elekeiroz e NTS: vendas de produtos e serviços.

(2) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((dez + set + jun + mar + dez'16)/5).

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

(4) Corresponde a participação direta e indireta no Capital das companhias.

(5) As participações apresentadas consideram as ações em circulação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na B3, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o ano de 2017 cotadas a R\$ 10,82, valorização de 31,5% em relação à cotação de encerramento do ano anterior, enquanto o principal índice da B3, o Ibovespa, registrou valorização de 26,9%.

Em 31 de dezembro de 2017, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 70.850, crescimento de 37,0% em relação ao encerramento de 2016.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) em 2017 foi de R\$ 155,7 milhões, em comparação a R\$ 171,3 milhões no ano anterior, com 5.943 mil negócios (7.264 mil em 2016).

Desconto Itaúsa

O desconto é um indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido quando somados os valores de mercado das partes que compõem os investimentos da *holding*. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para receber essa informação, basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 28 de dezembro de 2017, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 25,0% em comparação a 27,8%, indicador observado ao final de 2016.

A capitalização de mercado ao final do período, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), era de R\$ 80.865 milhões, alta de 32,9% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas investidas atingiu R\$ 110.774 milhões.

Reunião Pública - APIMEC

Em 26.09.2017, a Itaúsa realizou a 17ª reunião pública anual com investidores, analistas e o mercado, em parceria com a APIMEC. O evento realizado no Hotel Unique em São Paulo – SP foi acompanhado por cerca de 340 participantes no local e também foi transmitido ao vivo pela internet. Essa reunião, ficou entre as 3 mais votadas das 10 melhores reuniões de 2017, realizadas na APIMEC SP.

5) PORTFÓLIO ITAÚSA



Um banco com propósito

Em 2017 o Itaú Unibanco revelou para os colaboradores o propósito do banco, destacando os valores que fazem parte da sua essência e que o trouxeram até aqui.

Nestes 93 anos de história, o Itaú Unibanco alcançou o posto de maior banco do país, a marca brasileira mais valiosa do Brasil, entre outros importantes reconhecimentos. Essas conquistas são fruto da forma como são conduzidos os negócios, sempre colocando a ética à frente dos resultados, buscando constantemente a inovação e a excelência.

O Itaú Unibanco cresceu ajudando as pessoas e o país a crescer, incentivando o crescimento de quem está ao seu redor. O banco trabalha para mover sonhos, impulsionar o desenvolvimento, despertar a vontade de fazer cada vez mais e melhor. Esse é o sentido da trajetória do Itaú Unibanco e este é o seu propósito: Estimular o poder de transformação das pessoas.

Por trás de tudo o que o banco faz existem pessoas. São as pessoas que têm ideias, que viram soluções, que mudam a vida de outras pessoas. Revelar o propósito do Itaú Unibanco faz parte da reafirmação da sua razão de existir, ampliando o poder que cada pessoa tem de inventar e se reinventar. Para isso, é necessário engajar todos os colaboradores nessa mesma direção.

Em linha com este objetivo, a chegada do novo presidente do Itaú Unibanco foi marcada pela incorporação do propósito na organização, que originou a definição das seis prioridades estratégicas que nortearão as ações nos próximos anos: centralidade no cliente, digitalização, gestão de pessoas, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e internacionalização.

Essas prioridades foram definidas a partir da percepção compartilhada do comitê executivo sobre as tendências do mercado e dos desafios da instituição e organizam iniciativas que já estavam em andamento por todo o banco reforçando o compromisso com os colaboradores, clientes, acionistas e sociedade. O propósito do Itaú Unibanco não nasceu em 2017, ele sempre existiu dentro de todas as pessoas que fizeram parte dessa organização e de quem agora perpetua esse legado. Somos gente que move gente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agenda Estratégica de Médio e Longo Prazo

As seis prioridades estratégicas, com perspectiva de médio a longo prazo, têm pautado a gestão do Itaú Unibanco. Sua atuação foi organizada em frentes, com divisão de responsabilidades em grupos de trabalho, que integram diversos níveis organizacionais, com objetivos claros a serem alcançados e indicadores selecionados para acompanhamento. O banco já colheu alguns frutos e tem a expectativa de agregar mais valor nos próximos anos à sociedade e aos seus acionistas.

As prioridades foram segmentadas em dois grupos: Transformação e Melhoria Contínua.

➡ No primeiro grupo, foram incluídos os temas que acreditamos necessitar de uma verdadeira transformação na organização: Centralidade no Cliente, Digitalização e Gestão de Pessoas.

➡ Em Melhoria Contínua estão incluídos os temas Gestão de Riscos, Internacionalização e Rentabilidade Sustentável. São temas amplamente difundidos na organização, mas que requerem esforço para seu contínuo aperfeiçoamento.

Permeando todos esses desafios, estão a governança corporativa e a sustentabilidade.

A governança corporativa tem o papel fundamental de garantir os interesses dos diversos públicos que se relacionam com a organização, e é chave no alcance do crescimento sustentável de longo prazo. Está integrada não apenas aos desafios aqui descritos, mas também em cada etapa das atividades diárias do banco, desde práticas de remuneração à gestão de riscos.

A sustentabilidade deve estar totalmente integrada aos negócios, tanto nos aspectos operacionais, quanto comerciais, fazendo de questões ambientais e sociais parte do cotidiano. Suas variáveis precisam ser incorporadas e medidas em cada um dos diferentes processos, como concessão de crédito, investimentos, atividades de seguros, contrato de fornecedores e gestão de recursos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir esses temas prioritários:



Ano de 2017 - Destaques

Novo Presidente – Em abril de 2017, Candido Botelho Bracher assumiu a Presidência Executiva do Itaú Unibanco, sucedendo Roberto Egydio Setubal. Após 23 anos à frente da Companhia, Roberto atingiu o limite de idade e passou a atuar como co-presidente do Conselho de Administração. Agradecemos a Roberto por toda a sua dedicação e contribuições à organização, que viveu um período de relevante crescimento, com aumento, por exemplo, de 69 vezes no lucro líquido recorrente anual.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) – Em 2017, foram pagos, provisionados ou destacados no Patrimônio Líquido R\$ 17,6 bilhões em dividendos e JCP líquidos, valor recorde na história do banco e que equivale a 70,6% do lucro líquido consolidado recorrente do exercício de 2017, representando um aumento de 75,6% em relação ao exercício de 2016.

Em 7 de março de 2018, serão pagos, entre dividendos e JCP líquidos, R\$ 2,0707 por ação (posição acionária em 15 de fevereiro de 2018) e R\$ 0,122825 por ação (posição acionária em 14 de dezembro de 2017).

Portanto, no ano base de 2017 (competência) os acionistas da Companhia receberão R\$ 2,7127 líquido por ação.

Adicionalmente, considerando as recompras de ações de emissão própria durante o ano de 2017, o payout atinge 83,0% do lucro líquido consolidado recorrente de 2017.

Em 2017 foi estabelecida uma nova prática de pagamento de dividendos e JCP, que prevê a distribuição de, no mínimo, 35% do lucro líquido recorrente anual, sendo que o valor total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração, considerando-se, entre outros:

1. o nível de capitalização da Companhia, conforme regras definidas pelo BACEN;
2. o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de capital nível 1;
3. a lucratividade no ano;
4. as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado dos negócios, programas de recompra de ações, fusões e aquisições, e alterações de mercado e regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e
5. mudanças fiscais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Assim, o percentual a ser distribuído poderá flutuar ano a ano em função da lucratividade e demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto no Estatuto Social.

Gestão de Capital

O Itaú Unibanco adotou postura prospectiva no gerenciamento do capital, através das seguintes etapas: (i) identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional para esses riscos, (ii) elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse, (iii) estruturação do plano de contingência de capital, (iv) avaliação interna da adequação de capital e (v) elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base dezembro de 2016 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no nosso site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa.

Ao final de 2017, o Índice de Basileia atingiu 18,8%, sendo: (i) 16,2% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,6% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 19,8 bilhões em 31 de dezembro de 2017.

Na gestão de capital, em 2017, merecem destaque:

- Programa de Recompra de Ações – No período de janeiro a dezembro de 2017, foram adquiridas ações de emissão própria:
 - Ações Preferenciais: 37.982.900, no montante total de R\$ 1,4 bilhão ao preço médio de R\$ 36,19 por ação.
 - Ações Ordinárias: 46.214.237, no montante total de R\$ 1,7 bilhão ao preço de R\$ 37,00 por ação.
 - O total de 84,2 milhões de ações recompradas equivalem a 1,3% do Capital Social do banco de 31.12.2016.

O programa de recompra atual, aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017, autoriza a Companhia a adquirir até 28.616.649 de ações ordinárias e de até 50 milhões de ações preferenciais de emissão

própria, permitindo que as operações sejam efetuadas no período de 20 de dezembro de 2017 a 19 de junho de 2019.

- Cancelamento de Ações em Tesouraria – Das ações recompradas e que estavam em tesouraria, 31.793.105 ações ordinárias foram canceladas por decisão do Conselho de Administração, sem redução do valor do capital social. O cancelamento está pendente de aprovações regulatórias.

O processo de aquisição com posterior cancelamento das ações tem como potenciais objetivos: (i) maximizar a alocação de capital através da aplicação eficiente dos recursos disponíveis; (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo; e/ou (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro.

- Notas Subordinadas Perpétuas – Em dezembro de 2017, o banco emitiu pela primeira vez notas subordinadas perpétuas/AT1, no montante de US\$ 1,25 bilhão. As notas têm taxa fixa de 6,125%, que será válida até o 5º aniversário. Após esta data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada 5 anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o mesmo período. No 5º ano ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente, o Itaú Unibanco poderá recomprar as notas, estando sujeita à aprovação prévia de autoridades brasileiras, incluindo o BACEN.

As notas foram oferecidas no mercado internacional e somente a investidores institucionais qualificados, conforme definido pela Regra 144A da *Securities Act*, e a investidores não americanos fora dos EUA, de acordo com a Regulamentação S da *Securities Act*.

O Itaú Unibanco solicitou a aprovação do BACEN para que as notas compoñham o Capital Complementar do seu Patrimônio de Referência, incrementando em aproximadamente 0,6 p.p. o índice de capitalização Nível I do banco.

IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Informações Financeiras Seleccionadas

Em 2017, O Itaú Unibanco registrou Lucro Líquido Recorrente de R\$ 24,4 bilhões, um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior, impactado pelas menores despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As despesas gerais e administrativas aumentaram 6,3% entre 2017 e 2016, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios e despesas relacionadas a cartões de crédito, sendo que o índice de eficiência ajustado ao risco foi de 64,0%, 6,1 pontos percentuais menor que em 2016.

A carteira de crédito atingiu R\$ 563,9 bilhões ao final de dezembro de 2017, representando aumento de 0,5% em relação a 2016. Já observamos aumento na demanda por originação e crescimento de algumas carteiras específicas, como veículos, que registrou no quarto trimestre de 2017 o primeiro aumento desde que adotamos a estratégia de focar em carteiras com menor riscos em 2012.

A gestão estratégica do risco de crédito sustentou a qualidade da carteira ao longo do ano, que se encerrou com índice de inadimplência de 90 dias 3,1%, uma redução de 0,3 p.p. em relação ao ano anterior.



Os investimentos consolidados da Duratex em 2017 totalizaram R\$ 365,9 milhões, abaixo da estimativa inicial de R\$ 420,0 milhões. No quarto trimestre do ano os investimentos foram de R\$ 82,6 milhões, dos quais R\$ 43,6 milhões foram destinados para manutenção fabril e projetos e R\$ 39,0 milhões de OPEX florestal. Esse resultado ilustra o esforço da Duratex em maximizar a geração de caixa e reduzir a alavancagem financeira.

Após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, em outubro, os resultados da recém-adquirida Ceusa, referência no setor de revestimentos cerâmicos, passaram a ser consolidados pela Duratex. Conforme divulgado anteriormente, a Ceusa foi adquirida por R\$ 280,0 milhões e marcou a entrada da Duratex no setor, de forma a complementar o portfólio de soluções. Para 2018, espera-se a integração das operações e o início da captura de sinergias para alavancar a rentabilidade do negócio.

Resultados

A receita líquida em 2017 totalizou R\$ 3.990,9 milhões, 2,1% superior à registrada no mesmo período de 2016. Devido, principalmente, ao maior volume de vendas apurado, à implementação de aumentos de preços bem-sucedida, e à incorporação dos resultados da Ceusa. Desse montante, R\$ 675,5 milhões são oriundos do mercado externo, cerca de 17% do total das receitas, via exportações e operações da Duratex Colômbia.

A Duratex registrou EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 760,0 milhões em 2017, um incremento de 11,6% em relação a 2016, e margem EBITDA de 19,0% ante 17,4% no ano anterior.

O ano de 2017 terminou de forma positiva na **Divisão Madeira**, refletindo uma melhora gradual dos níveis de demanda e do novo posicionamento da Duratex em painéis de madeira. Foram implementados com êxito ao longo do ano, aumentos de preço, além de realizadas ações comerciais e de desenvolvimento de produtos para estímulo de demanda e melhoria do *mix*, além dos esforços em redução de custos.

No acumulado anual, foi observado também um resultado positivo da expansão de vendas na **Divisão Deca**, mostrando a força e reconhecimento da marca e a qualidade do portfólio de produtos, fundamentais para expansão das atividades em um momento ainda difícil. Desconsiderando o incremento de receita por conta da consolidação dos resultados da Ceusa, a receita líquida da Deca apresentou um aumento de 8,8% em 2017 comparado com 2016.

O lucro líquido consolidado da Duratex em 2017 foi de R\$ 185,0 milhões, resultado bem superior aos R\$ 26,2 milhões (impactado positivamente, principalmente pela venda de terras da Duratex Florestal) apurados em 2016. A evolução positiva do lucro líquido da Duratex em 2017 reflete principalmente a economia de custos e despesas decorrente do Sistema de Gestão Duratex, os aumentos de preço implementados ao longo do ano e um resultado financeiro mais favorável em virtude da queda da taxa de juros e do reperfilamento de passivos financeiros.

A dívida líquida da Duratex encerrou o ano em R\$ 2.100,5 milhões, o que representava um índice de alavancagem de 2,76x, no indicador dívida líquida sobre EBITDA, ante 2,99x no encerramento de 2016. Reduzir a alavancagem financeira continua como uma das prioridades da gestão para 2018, e um dos pilares da estratégia de longo prazo.

Dividendos

Aos acionistas da Duratex é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 30% do lucro líquido ajustado do período. Por proposta do Conselho de Administração, foi provisionado dividendo, na forma de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 60,8 milhões, equivalente a R\$ 0,08826330461 por ação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Em 2017, destacaram-se o aumento de *market share* de Havaianas no mercado interno e abertura de 17 lojas da marca no Brasil e de 27 no exterior, totalizando 622 pontos de venda de Havaianas no mundo. Foram iniciadas as vendas diretas de sandálias na Argentina e na Colômbia (antes realizadas por distribuidores) e foi inaugurado um escritório comercial da Companhia em Hong Kong, China. No ano, a geração operacional de caixa somou R\$ 274,1 milhões e a remuneração global dos acionistas totalizou R\$ 247,7 milhões. As ações preferenciais valorizaram-se 78,6% e as ordinárias 96,5%.

Resultados

No encerramento de 2017 a receita líquida consolidada da Alpargatas atingiu R\$ 3.721,9 milhões, redução de 8,2% em relação a 2016 em decorrência do decréscimo no faturamento das operações nos mercados interno e externo. No Brasil, a redução de 8,3% deveu-se, principalmente, à queda de 11,0% no faturamento do negócio Sandálias. Nas operações internacionais de sandálias, o crescimento de 5,8% no volume de vendas e o aumento dos preços médios em dólar proporcionaram incrementos de 7,8% no faturamento em euro e de 18,7% em dólar na exportação. Houve ligeira queda de 1,0% na receita em reais devido à variação cambial. Na Argentina, a variação positiva de 5,6% na receita em pesos ficou abaixo da inflação local. A valorização do real frente ao peso argentino reduziu em 14,0% o faturamento em reais. No quarto trimestre de 2017, a receita líquida consolidada da Alpargatas aumentou 3,5% na comparação com o mesmo período de 2016 em decorrência do forte crescimento do faturamento da marca Mizuno no Brasil. O lucro bruto consolidado de 2017 somou R\$ 1.639,6 milhões e a margem bruta consolidada, de 44,1%, foi praticamente igual à de 2016. No quarto trimestre de 2017, a margem bruta consolidada de 43,8% foi 1,1 ponto percentual superior à de igual período de 2016 devido ao incremento de 2,5 pontos percentuais na margem bruta do Brasil.

O EBITDA consolidado somou R\$ 486,2 milhões, valor 15,6% inferior ao de 2016, e a margem de 13,1% foi 1,1 ponto percentual menor que a do ano passado. No Brasil, o EBITDA de R\$ 372,9 milhões subiu 2,0% e a margem, de 15,4 %, foi 1,5 ponto percentual mais alta. O ganho de margem bruta e a maior produtividade das despesas gerais e administrativas, resultante do programa de contenção de gastos, contribuíram para esta evolução. Adicionalmente, no ano, houve o registro de R\$ 10,9 milhões de receitas não recorrentes (líquido de despesas não recorrentes). Neste quesito, destacam-se a receita de R\$ 198,5 milhões

registrada no primeiro trimestre de 2017 referente à reversão de provisão tributária sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS e a despesa de R\$ 125,5 milhões no quarto trimestre de 2017 relativa ao *impairment* da Osklen para refletir a nova expectativa de ganhos futuros dessa empresa. Este montante equivale a cerca de 40% do valor contábil da Osklen registrado na Alpargatas. No quarto trimestre de 2017, o EBITDA consolidado da Alpargatas foi menor que o do mesmo período de 2016 devido ao impacto da contabilização da despesa de *impairment*.

O lucro líquido consolidado em 2017 acumulou R\$ 350,6 milhões, valor R\$ 2,2% inferior ao de 2016, e a margem líquida de 9,4% foi 0,6 ponto percentual maior. No quarto trimestre de 2017, o lucro líquido consolidado totalizou R\$ 45,1 milhões e a margem líquida foi de 4,1%. A redução em relação ao lucro líquido do último trimestre de 2016 foi devida ao decréscimo no EBITDA consolidado da Companhia.

Em 31.12.2017, a Alpargatas apresentava posição financeira líquida negativa de R\$ 27,3 milhões, resultante de saldo de caixa de R\$ 706,3 milhões (a geração operacional somou R\$ 274,1 milhões no ano) e de endividamento de R\$ 733,6 milhões.

JCPs (Juros sobre Capital Próprio)

No exercício de 2017, a remuneração global aos acionistas da Alpargatas totalizou R\$ 247,7 milhões.



A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petróleo Brasileiro S.A. por meio de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme ("ship-or-pay").

Resultados

Em 2017 a receita líquida da NTS atingiu R\$ 4.112 milhões, com EBITDA de R\$ 3.723 milhões. A NTS registrou lucro líquido de R\$ 1.809 milhão.

A performance da NTS está de acordo com as previsões e objetivos estabelecidos nos estudos de aquisição de participação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dividendos e JCPs (Juros sobre Capital Próprio)

No exercício de 2017 os dividendos/JCP brutos recebidos pela Itaúsa totalizaram R\$ 174,8 milhões e a receita de juros sobre as debêntures detidas pela Itaúsa, R\$ 41,6 milhões.



Foram investidos R\$ 26,6 milhões em 2017, destinados à sustentação das operações.

Resultados

Em 2017 a Elekeiroz registrou lucro líquido recorrente de R\$ 40,0 milhões, versus prejuízo recorrente de R\$ 50,3 milhões em 2016.

A receita líquida teve alta de 27% em 2017, atingindo R\$ 979 milhões, com destaque para o crescimento de 28% nas vendas internas. A receita líquida manteve o crescimento verificado nos trimestres anteriores, alavancada por escassez de oferta de inorgânicos, resultando em melhores preços, e maior competitividade dos orgânicos.

O lucro bruto do acumulado de 2017 atingiu R\$ 153,4 milhões ante R\$ 40,0 milhões registrados em 2016, uma trajetória de evolução já observada nos trimestres de 2017.

A expedição de produtos em 2017 foi 25% superior a 2016, com crescimento de 31% na expedição dos produtos inorgânicos (responsáveis por 56% das vendas) e alta de 19% nos produtos orgânicos.

Em 2017 a Elekeiroz obteve expressiva recuperação de EBITDA, em função de maiores volumes e melhores margens, aliados aos esforços de otimização da cadeia produtiva e à redução de custos e despesas. O EBITDA alcançou R\$ 87,8 milhões no encerramento do ano, correspondente a 9,0% da receita líquida.

Dividendos

Por conta do resultado apurado no exercício de 2017 a Elekeiroz declarou dividendos aos acionistas no montante total de R\$ 7,8 milhões.



Resultados

Parceria com a OKI Electric Industry Co. Ltd. ("Oki"): Em 11.01.2017, a Itaútec exerceu a opção de venda (*put option*) das 763.740 ações da Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. (Oki Brasil) pelo montante de R\$ 53,4 milhões recebidos da Oki; em consequência, a Itaútec passou a deter 1.717.650 ações correspondente a 11,2% do capital da Oki Brasil. Essa participação remanescente será vendida em janeiro de 2020 por meio do exercício de *put option* contra a OKI.

Gestão Operacional: a Itaútec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itaútec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 131 mil colaboradores ao final de dezembro de 2017, incluindo aproximadamente 18 mil colaboradores em unidades no exterior e 74 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 17,3 bilhões de janeiro a dezembro de 2017, com crescimento de 13,1% em relação ao ano anterior.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 38

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, a Itaúsa e suas controladas informam que no período de janeiro a dezembro de 2017, aos auditores independentes e partes a eles relacionadas prestaram os seguintes serviços não relacionados à auditoria externa:

- 20 de setembro, 30 de setembro e 28 de novembro - assessoria relacionada a tributos incidentes na Bélgica, França e Suíça, no valor de R\$ 17,4 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O montante da contratação representa 6,9% do total de honorários de auditoria global das demonstrações contábeis de 2017.

Justificativa dos Auditores Independentes – BDO

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

Outros procedimentos adotados pela Sociedade

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações dessa Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a dezembro de 2017, foram prestados os seguintes serviços, cujos valores representaram menos que 5,0% do total global dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa:

- 02 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 06 de fevereiro, 15 de março, 02 de maio, 16 de maio e 29 de setembro – pesquisas, materiais técnicos e treinamentos;
- 02 de março - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de agosto – emissão de relatório sobre a liquidação de imposto de renda.

Justificativa dos Auditores Independentes - PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, e todos foram observados na prestação de referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas**ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.****Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis****Em 31 de dezembro de 2017***(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)***NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e outros investimentos, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), calçados, artigos de vestuário e artigos esportivos (Alpargatas), transporte de gás (Nova Transporte do Sudeste – NTS) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 27 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 63,26% das ações ordinárias e 16,94% das ações preferenciais, 34,44% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 19 de fevereiro de 2018.

Notas Explicativas

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2017 com impacto relevante para a ITAÚSA e suas controladas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O IFRS 9 foi emitido de forma completa em julho de 2014 e substituirá o IAS 39 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39)). O CPC 48 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil, requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

Uma das principais mudanças trazidas pela norma é que a base da classificação e mensuração dos ativos financeiros depende do modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros e das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38, sendo a principal mudança o registro da variação no valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, para os passivos financeiros em que a entidade adotou a opção de valor justo.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A ITAÚSA acredita, com base em suas melhores estimativas, que o impacto da adoção do CPC 48 gerará uma redução não superior à 3% do patrimônio líquido, líquido de efeitos fiscais, oriunda substancialmente dos efeitos potenciais apurados pela sua entidade de controle compartilhado ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 serão reconhecidas nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 (data de aplicação inicial), sensibilizando diretamente o patrimônio líquido da ITAÚSA.

- CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes” – O IFRS 15, emitido pelo IASB em maio de 2014, requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa de recebimento pela empresa em troca desses bens ou serviços. O CPC 47 (emitido em dezembro de 2016 e aprovado pela CVM na mesma data), que é a norma equivalente ao IFRS 15 no Brasil, substituirá o CPC 30 (IAS 18) e o CPC 17 (IAS 11) bem como as interpretações relacionadas (Interpretação A e B – anexos do CPC 30, e ICPC 02 e 11). O pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 utiliza como método para o reconhecimento da receita uma abordagem de cinco etapas, que procura não somente identificar os contratos com clientes, mas também suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Por fim, a abordagem determina que uma entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A ITAÚSA definiu que a data de aplicação inicial do CPC 47 será 1º de janeiro de 2018, sendo que eventuais efeitos da aplicação dessa regra afetarão lucros acumulados. Não há expectativa que a regra cause impactos relevantes nas demonstrações contábeis da ITAÚSA e suas controladas.

- Alteração do IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.
- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil (cuja norma correlata é o CPC 06 (R1)) e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA e suas controladas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

Notas Explicativas

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 14. O montante de ativo fiscal diferido em 31/12/2017 era de R\$ 1.158 (R\$ 961 em 31/12/2016).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 29.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 29.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 17.

O valor contábil dessas provisões em 31/12/2017 era de R\$ 1.471 (R\$ 1.041 em 31/12/2016).

Notas Explicativas

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 56, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 12, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 13.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 26b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou, se houver algum indicador, a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2017	Porcentagem do capital em 31/12/2016
Joint Ventures				
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,64%	37,36%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Alpargatas S.A.	Brasil	Calçados, Vestuários e Artigos Esportivos	27,55%	-
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	36,68%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

Notas Explicativas

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis”.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Notas Explicativas

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

II. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria da ITAÚSA e suas controladas.

III. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

IV. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
(iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
(iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Itaúsa e suas controladas utiliza os critérios mencionados em (I) acima.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda é reconhecida na demonstração de resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA e suas controladas é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA e suas controladas designam determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Notas Explicativas

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 11.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

Notas Explicativas**k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 13. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Notas Explicativas

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 19.

Notas Explicativas

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – "Resultado por Ação".

Notas Explicativas**t) RECEITAS****Receita de Vendas de produtos e serviços**

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: setor financeiro e setor não financeiro, subdividido em Alpargatas, Duratex, NTS – Nova Transportadora do Sudeste e Elekeiroz.

As informações por segmento estão apresentadas na Nota 27.

Notas Explicativas**NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	84	50
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	71	319
Certificado de Depósitos Bancários	992	1.399
Operações Compromissadas	71	666
Total	1.218	2.434

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/12/2017	31/12/2016
Letra Financeira Subordinada	-	61
Letra Financeira do Tesouro	52	249
Total	52	310

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu participação de 7,65% no capital da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS.

Foi reconhecido no resultado do período o valor de R\$ 175 decorrente do recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, registrado na rubrica Outros Resultados Operacionais (nota 22).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo deste ativo era de R\$ 943.

Por ser uma ação não negociada no mercado, o valor justo é baseado nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para essa ação.

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 04 de abril de 2017, a ITAÚSA adquiriu debêntures conversíveis em ações emitidas pela Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, com vencimento em 10 anos, no valor total de R\$ 444, com remuneração de 100% do CDI mais juros de 4% ao ano. O pagamento da remuneração é efetuado trimestralmente, nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Foi reconhecido no resultado do período, na rubrica Resultado Financeiro, o montante de R\$ 42, referente à receita de remuneração destas debêntures. O montante de R\$ 39 foi efetivamente recebido pela ITAÚSA.

Notas Explicativas

NOTA 7 – CLIENTES

Contas a receber	31/12/2017	31/12/2016
Clientes no país	1.027	892
Clientes no exterior	138	105
Partes Relacionadas	35	37
Impairment	(109)	(100)
Total	1.091	934

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	1.025	897
Vencidos até 30 dias	45	22
Vencidos de 31 a 60 dias	16	7
Vencidos de 61 a 90 dias	8	5
Vencidos de 91 a 180 dias	8	12
Vencidos há mais de 180 dias	98	91
Total	1.200	1.034

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(100)	(59)
Constituição	(13)	(49)
Reversão	-	1
Baixa de títulos	4	7
Saldo Final	(109)	(100)

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	99	99	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	630	-	630	1.004	-	1.004
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	59	32	91	31	37	68
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 26)	4	128	132	5	126	131
Créditos com Precatório	-	2	2	-	10	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	27	30	3	20	23
Fomento nas Operações Florestais	-	13	13	-	14	14
Venda de Energia Elétrica	4	-	4	9	-	9
Valores a Receber Parceria Oki Electric Industry Co. Ltd.	-	-	-	55	-	55
Outros	25	30	55	2	8	10
Total	725	331	1.056	1.109	314	1.423
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	15	-	15	14	-	14
Propriedade para Investimento	-	26	26	-	28	28
Ativo Mantido para Venda	-	20	20	-	20	20
Outros	7	-	7	-	23	23
Total	22	46	68	14	71	85

Notas Explicativas**b) Outros Passivos**

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	350	-	350	246	-	246
Provisão de Pessoal	146	-	146	115	-	115
Contas a pagar aos sócios participantes das SCPs (*)	44	94	138	38	94	132
Adiantamento de Clientes	19	5	24	8	5	13
Aquisição de Empresas	37	32	69	20	32	52
Frete e Seguros a Pagar	14	-	14	15	-	15
Comissões a Pagar	8	-	8	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	5	-	5	12	-	12
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	13	4	17	15	4	19
Arrendamento Mercantil	-	9	9	-	10	10
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	25	25	-	22	22
Obrigações a Pagar - NTS	-	245	245	-	-	-
Outras Contas a Pagar	51	42	93	55	39	94
Total	687	456	1.143	532	206	738

(*) SCPs - Sociedade em Conta de Participação

NOTA 9 – ESTOQUES

	31/12/2017	31/12/2016
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	254	287
Produtos Acabados	385	408
Produtos em Elaboração	104	121
Almoxarifado Geral	124	121
Adiantamento a Fornecedores	3	2
Provisão para Perdas nos Estoques	(31)	(32)
Total	839	907

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 3.674 (R\$ 3.641 de 01/01/2016 a 31/12/2016).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas**NOTA 10 – INVESTIMENTOS****I) ITAÚSA****a) Aquisição de participação na Alpargatas S.A.**

Em 12 de julho de 2017, a Itaúsa firmou, em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. ("BW") e Cambuhy Investimentos Ltda. ("Cambuhy"), contrato de compra de 54,24% do capital da Alpargatas S.A., sendo que a Itaúsa passou a deter, após a conclusão da operação, 27,12% do capital total da Alpargatas. Esse percentual é representado por 103.623.035 ações ordinárias (42,889% do total de ações ordinárias) e 23.968.521 ações preferenciais (10,474% das ações preferenciais).

A transação foi concluída em 20 de setembro de 2017, com o desembolso pela Itaúsa de R\$ 1.740 e assinatura de Acordo de Acionistas entre a Itaúsa, a BW e Cambuhy para gestão compartilhada da Alpargatas. Esse acordo contém, entre outras disposições, indicação majoritária e paritária de membros no Conselho de Administração da Alpargatas.

Os compradores realizarão oferta pública para aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas da Alpargatas, assegurando preço equivalente a 80% do valor pago para os vendedores. O resultado desta oferta pública poderá acarretar elevação da participação acionária dos compradores na Alpargatas e adicional desembolso proporcional pela Itaúsa.

De acordo com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto", a participação da Itaúsa na Alpargatas foi reconhecida como Investimento em Controlada em Conjunto e está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data de aquisição.

Está em andamento processo de alocação do preço de compra, considerando a participação nos ativos e passivos líquidos avaliados à valor justo, a contraprestação paga pela Itaúsa e o ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra as principais informações das demonstrações contábeis da Alpargatas em 31/12/2017:

Informações	31/12/2017
Total de Ativos	3.230
Total de Passivos	1.043
Total do Patrimônio Líquido	2.186
Resultado Líquido	362

Notas Explicativas**b) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto**

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto			Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 31/12/2015								
Capital Social	85.148	12.430	648	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(85)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	(28)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	1.304	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 31/12/2015	112.252	28.257	1.839	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	10.330	2.681	137	38	(344)	(21)	5	-
Resultado Líquido	23.263	3.916	362	24	(344)	(15)	5	-
Ações em Tesouraria	(160)	-	24	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(9.221)	(317)	(132)	(6)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(1.984)	(521)	(117)	(61)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(1.568)	(397)	-	81	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2016								
Capital Social	97.148	12.430	648	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.274)	(1.078)	(146)	398	-	-	-	-
Reservas	28.805	19.586	1.538	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 31/12/2016	122.582	30.938	1.976	4.570	111	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	12.258	3.508	210	145	40	(23)	(5)	-
Resultado Líquido	23.903	3.568	362	185	48	(23)	(5)	-
Ações em Tesouraria	(1.887)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(10.582)	(301)	(149)	(61)	(8)	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	915	241	(3)	19	-	-	-	-
Outras Movimentações	(91)	-	-	2	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/12/2017								
Capital Social	97.148	13.500	648	1.962	103	56	262	42
Ações em Tesouraria	(2.743)	-	(64)	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.359)	(836)	(149)	417	-	-	-	-
Reservas	40.864	21.782	1.751	2.364	48	-	43	-
Outros	1.930	-	-	-	-	(23)	-	(40)
Saldo Contábil em 31/12/2017	134.840	34.446	2.186	4.715	151	33	305	2

Notas Explicativas

c) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto			Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duralex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2016	3.351.741.143	710.454.184	241.608.551	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	241.608.577	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(26)	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação 31/12/2016	3.160.958.864	350.942.273	221.444.849	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(69.604.462)	-	(7.396.377)	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2016	6.512.700.007	1.061.396.457	463.053.400	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2016	1.296.050.600	706.169.365	-	245.169.699	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	-	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2016								
No Capital Social	19,90%	66,53%	0,00%	35,57%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	0,00%	35,57%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/12/2017	3.305.526.906	710.454.184	241.608.525	689.305.842	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.319.951.112	710.454.184	241.608.551	691.784.501	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(14.424.206)	-	(26)	(2.478.659)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/12/2017	3.159.103.612	350.942.273	221.444.849	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	228.841.226	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(71.459.714)	-	(7.396.377)	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/12/2017	6.464.630.518	1.061.396.457	463.053.374	689.305.842	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/12/2017	1.296.050.600	706.169.365	127.591.556	252.807.715	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	103.623.035	252.807.715	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	23.968.521	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/12/2017								
No Capital Social	(1) 20,05%	66,53%	27,55%	36,68%	(3) 96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 39,21%	50,00%	42,89%	36,68%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 20,05% e indireta de 17,59%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,44% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,64% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 39,21% e indireta de 25,86%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51,71% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 65,07% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detém 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

Notas Explicativas

d) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto			Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Alpargatas S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itaotec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 31/12/2015									
Participação Societária	22.336	18.800	-	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	93	-	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 31/12/2015	22.416	18.800	-	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	2.045	1.783	-	16	(332)	(20)	5	-	3.497
Resultado de Participação Societária	5.979	2.605	-	9	(332)	(20)	5	-	8.246
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.237)	(210)	-	(2)	-	-	-	-	(3.449)
Aumento de Capital em Subsidiárias	-	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(395)	(346)	-	(22)	-	-	-	-	(763)
Outras Movimentações	(302)	(266)	-	(3)	-	-	-	-	(571)
Saldo do Investimento em 31/12/2016									
Participação Societária	24.394	20.583	-	1.619	108	55	310	2	47.071
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 25)	79	-	-	-	-	-	-	-	79
Saldo Contábil em 31/12/2016	24.461	20.583	-	1.619	108	55	310	2	47.138
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	2.628	2.334	1.749	104	38	(23)	(6)	-	6.824
Resultado de Participação Societária	6.172	2.374	19	68	46	(23)	(6)	-	8.650
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.727)	(200)	(10)	(22)	(8)	-	-	-	(3.967)
Aquisição de Ações	-	-	1.740	51	-	-	-	-	1.791
Outros Resultados Abrangentes	183	160	-	7	-	-	-	-	350
Saldo do Investimento em 31/12/2017									
Participação Societária	27.033	22.917	1.749	1.723	146	32	304	2	53.906
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 25)	68	-	-	-	-	-	-	-	68
Saldo Contábil em 31/12/2017	27.089	22.917	1.749	1.723	146	32	304	2	53.962
Valor de Mercado da Participação em 31/12/2017 (*)	103.709	-	2.223	2.308	249	171	-	-	108.660

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

II) ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016			01/01 a 31/12/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	122.582	24.461	81.955	23.263	5.979
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.938	20.583	-	3.916	2.605
Nexoleum Bioderivados S.A.	-	-	-	18	-	-	(1)
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (4)
Total				45.062			8.579

	% de participação em 31/12/2017		31/12/2017			01/01 a 31/12/2017	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,64	64,16	134.840	27.089	103.709	23.903	6.172
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	34.446	22.917	-	3.568	2.374
Alpargatas S.A. (Nota 10la)	27,55	42,89	2.186	1.749	2.223	362	19
Nexoleum Bioderivados S.A.	-	-	-	16	-	-	(1)
Viva Decora Ltda	-	-	-	6	-	-	-
Total				51.777			8.564

(*) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

Notas Explicativas**b) Outras Informações**

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos ^(*)	31/12/2017	31/12/2016
Ativos	1.434.974	1.353.261
Caixa e Equivalente de Caixa	83.314	96.121
Ativos Financeiros	801.154	708.625
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	465.472	463.394
Ativos Fiscais	41.932	44.292
Demais Ativos	43.102	40.829
Passivos	1.288.161	1.219.668
Depósitos	402.938	329.414
Captações no Mercado Aberto	312.634	349.164
Outros Passivos Financeiros	336.223	331.918
Provisão de Seguros e Previdência Privada	181.232	154.076
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	19.736	20.909
Demais Passivos	35.398	34.187

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receita de Juros e Rendimentos	144.690	161.495
Despesa de Juros e Rendimentos	(78.325)	(95.126)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	32.211	38.192
Imposto de Renda e Contribuição Social ^(*)	(7.943)	(14.610)
Lucro Líquido	24.268	23.582
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	23.903	23.263
Outros Resultados Abrangentes	915	(1.984)
Resultado Abrangente	24.818	21.279

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/12/2017 e 31/12/2016 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	(20)	(60)	(253)	(3)	(1)	(78)	11	(404)
Aquisições	1	3	35	1	-	145	15	200
Baixas	(5)	(1)	(37)	-	-	-	(1)	(44)
Depreciação	-	(36)	(296)	(3)	(2)	-	(15)	(352)
Transferências	-	15	182	1	1	(215)	13	(3)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Outros	(16)	(32)	(4)	(1)	-	-	(1)	(54)
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	5	23	(154)	-	2	19	32	(73)
Aquisições	9	7	37	2	1	157	9	222
Baixas	(21)	-	(1)	-	-	(2)	(2)	(26)
Depreciação	-	(36)	(292)	(3)	(2)	-	9	(324)
Transferências	-	10	111	-	3	(138)	12	(2)
Impairment	-	(3)	(48)	-	-	-	-	(51)
Outros	17	45	39	1	-	2	4	108
Saldo em 31/12/2017								
Custo	760	1.179	4.813	64	64	144	223	7.247
Depreciação Acumulada	-	(479)	(2.688)	(43)	(53)	-	(139)	(3.402)
Impairment	-	(12)	(181)	(1)	-	(8)	26	(176)
Saldo Contábil, líquido	760	688	1.944	20	11	136	110	3.669
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

Notas Explicativas

NOTA 12 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 31/12/2016	5	(7)	5	(30)	(27)
Aquisições	12	1	-	-	13
Amortização	(7)	(1)	-	(28)	(36)
Impairment	(1)	(3)	-	(2)	(6)
Outros	1	(4)	5	-	2
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	719	412	1.252
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	719	223	997
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	
Movimentações de 01/01 a 31/12/2017	1	47	100	(26)	122
Aquisições	9	-	-	-	9
Amortização	(8)	-	-	(27)	(35)
Outros	-	47	100	1	148
Saldo em 31/12/2017					
Custo	108	64	819	412	1.403
Amortização Acumulada	(68)	-	-	(215)	(283)
Impairment	(1)	-	-	-	(1)
Saldo Contábil, líquido	39	64	819	197	1.119
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) é decorrente das seguintes aquisições:

	31/12/2017	31/12/2016
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 25)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacareí	2	2
Ceusa e Massima	100	-
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	819	719

Notas Explicativas**NOTA 13 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)**

A ITAÚSA detém, através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Duratex S.A. (nova denominação da Tablemac S.A.) e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2017, essas empresas possuíam aproximadamente 179,6 mil hectares em áreas de efetivo plantio (176,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2016) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 5,7% a.a. em 31 de dezembro de 2017 e 10,1% a.a. em 31 de dezembro de 2016. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos Saldos

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	1.045	966
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	654	563
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.699	1.529

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas**c) Movimentação**

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.529	1.442
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	215	158
Exaustão	(123)	(142)
Variação do Valor Histórico		
Formação	176	178
Exaustão	(98)	(107)
Saldo final	1.699	1.529
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	92	80
Variação do Valor Justo	215	158
Exaustão do Valor Justo	(123)	(78)

d) Análise de Sensibilidade

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

O preço médio em 31/12/2017 era de R\$ 43,24 /m³ (em 31/12/2016 era de R\$ 43,32 /m³). Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 84.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 5,7% a.a. em 31/12/2017 e 10,1% a.a. em 31/12/2016. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 0,5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 18.

Notas Explicativas**NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	8.364	8.037
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.844)	(2.733)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social		
Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	3.002	2.912
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	2.912	2.917
Dividendos sobre Investimentos Avaliados ao Custo	53	-
Juros Sobre o Capital Próprio	(25)	111
Constituição (Reversão) de Crédito Tributário Diferido (*)	57	(50)
Adições Temporárias sem Constituição de Crédito Tributário	(7)	(84)
Outras	12	18
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	158	179

(*) Em 2017, refere-se à controlada Itaútec, cujos valores de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social foram utilizados na adesão ao Pert (nota 17d). Em 2016, refere-se aos ajustes na controlada Elekeiroz decorrentes da baixa de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com expectativa de recuperação superior a 10 anos.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(66)	141	578
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2)	5	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	(1)	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	248	(19)	94	323
Outros	54	(24)	17	47
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(112)	257	961
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	3	-	(48)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(129)	97	-	(32)
Depreciação	(10)	-	(3)	(13)
Planos de Pensão	(5)	4	(1)	(2)
Venda de Imóvel	(2)	-	(16)	(18)
Outras Obrigações	(50)	32	(1)	(19)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	1	-	(358)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	137	(22)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	25	235	465

Notas Explicativas

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição (1)	31/12/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(13)	20	585
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	(1)	-	10
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	16	18
Provisões para Passivos Contingentes	323	(9)	162	476
IR sobre Lucros no Exterior	-	-	11	11
Outros	47	(4)	15	58
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(27)	224	1.158
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	3	-	(45)
Valor Presente de Financiamento	(6)	3	(1)	(4)
Resultado do Swap	(32)	28	-	(4)
Depreciação	(13)	-	(2)	(15)
Planos de Pensão (2)	(37)	-	(2)	(39)
Venda de Imóvel	(18)	-	(1)	(19)
Ativos Biológicos (2)	(192)	-	(31)	(223)
Carteira de Clientes (2)	(76)	5	-	(71)
Outras Obrigações (2)	(74)	1	(3)	(76)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	40	(40)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	13	184	662

(1) Contempla o efeito da aquisição das empresas Ceusa e Massima pela controlada Duratex no valor de R\$ 37.

(2) Em 2016, os valores foram divulgados na rubrica Ajustes CPCs / IFRS, sendo que em Planos de Pensão corresponde a R\$ 34 e em Outras Obrigações corresponde a R\$ 56.

II – Abaixo demonstramos a estimativa de realização do Ativo Fiscal Diferido:

Ano	31/12/2017
2018	202
2019	203
2020	455
2021	39
2022	49
2023 em diante	210
Total	1.158

III – Em 31/12/2017, os créditos tributários não constituídos totalizam R\$ 241.

NOTA 15 – DEBÊNTURES

Em 24/05/2017 a ITAÚSA efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 12.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,9% do CDI, com pagamentos semestrais dos juros e amortização do valor principal em três parcelas anuais e sucessivas, em maio de 2022, 2023 e 2024.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado dessas debêntures era de R\$ 1.208.

Notas Explicativas

NOTA 16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/12/2017		31/12/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	6	-
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	-	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	24	42	84	65
BNDES	Pré 2,5% a.a. até 7% a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	4	2
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	-	1	1
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	11	44	10	36
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	5	1	5
FUNDIEST	30 % do IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	29	50	28	74
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	-	-	3	48
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	-	-	1	-
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	20	-	39	20
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	203	534	14	693
DESCONTO NPR	9,5 % a.a.	Nota Promissória	-	-	40	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	117	-	1	115
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	56	-	-	51
NOTA PROMISSÓRIA	104,5% CDI	-	-	506	-	-
Total moeda nacional			463	1.182	232	1.111
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	1	-
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	-	-	66	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	178	1	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	232	181	340	387
Total moeda estrangeira			233	359	409	567
Total Duratex			696	1.541	641	1.678
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	2	1	26
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	19	59	2	52
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	2	2	2	6
FINAME	TJLP + 4,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	1	6	-	-
FINAME	Selic + 4,28% a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	-	1	-	-
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	40	106	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	-	-	177
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	-	-	-	13	-
CRA	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	1	692	1	693
DESCONTO DE DUPLICATAS	1,65% a.m.	-	4	-	-	-
Total moeda nacional			68	868	26	1.095
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	1	-	3	-
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	-	-	10	2
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	1	2
Total moeda estrangeira			1	1	14	4
Total Duratex Controladas			69	869	40	1.099
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	12	20	15	32
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	7	5	7
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	1	1	2
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	5	2	7
NCE SAFRA	127% CDI	-	28	25	-	54
BNB	9,50 % a.a.	Aval - Itaúsa	9	19	-	28
Total moeda nacional			54	77	23	130
BNDES	Variação cambial + 2,12 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	4	4	7
NCE - ABC	129,25% CDI	-	7	7	7	13
PRÉ PAGTO. EXP.	CDI + 5,22 % a.a.	-	-	-	5	1
4131 - ABC	129% CDI	Aval - Itaúsa	-	-	30	-
4131 - SAFRA	131,70% CDI	Aval - Itaúsa	17	-	-	-
Total moeda estrangeira			27	11	46	21
Total Elekeiroz			81	88	69	151
Itaútec						
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	-	14	4
ALFA CG	114,8 % a 115 % CDI	-	-	-	16	-
Total moeda nacional			4	-	30	4
Total Itaútec			4	-	30	4
Itaúsa						
CCB - SAFRA	108% CDI	-	200	-	-	-
Total moeda nacional			200	-	-	-
Total Itaúsa Individual			200	-	-	-
Total Itaúsa Consolidado			1.050	2.498	780	2.932
<i>(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.</i>						
Vencimento			31/12/2017		31/12/2016	
2018			-		869	
2019			785		765	
2020			925		483	
2021			86		82	
2022			697		711	
2023			2		9	
2024			3		7	
Demais			-		6	
Total			2.498		2.932	
Reconciliação da dívida líquida			31/12/2017		31/12/2016	
Empréstimos de curto prazo			1.050		780	
Empréstimos de longo prazo			2.498		2.932	
Total da dívida			3.548		3.712	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)			(1.218)		(2.434)	
Dívida líquida			2.330		1.278	

Notas Explicativas**NOTA 17 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/12/2017	31/12/2016
Tributário	210	230
Crédito Prêmio de IPI de 1980 a 1985 ⁽¹⁾	119	136
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	13	14
INSS - Contribuições Previdenciárias ⁽²⁾	37	47
PIS e COFINS	21	23
Outros	20	10
Cível	18	17
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	15	14
Outros	3	3
Total	228	247

(1) Em maio de 2017, na controlada Duratex, ocorreu o trânsito em julgado de medida judicial que pleiteava o direito ao ressarcimento referente ao Crédito Prêmio de IPI do ano de 1984, reconhecido contabilmente no exercício de 2017 no valor de R\$ 40.

(2) A redução no saldo refere-se principalmente pela mudança no prognóstico deste ativo contingente de provável para remoto na avaliação dos assessores jurídicos da controlada Duratex.

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização	83	21	3	107
Constituição	189	34	3	226
Reversão	(17)	(12)	(3)	(32)
Pagamentos	-	(30)	(1)	(31)
Saldo Final	919	100	22	1.041
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(15)	-	(45)
Saldo em 31/12/2016 após compensação Depósitos Judiciais	889	85	22	996

Notas Explicativas

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização/Multa	242	10	2	254
Constituição	199	47	4	250
Reversão	(20)	(19)	(6)	(45)
Pagamentos/Conversão em Renda	(14)	(35)	(10)	(59)
Aquisição/Combinação de Negócios - Ceusa e Massima	9	6	20	35
Transferência para Outros Passivos (*)	(5)	-	-	(5)
Saldo Final	1.330	109	32	1.471
(-) Depósitos Judiciais	(33)	(22)	-	(55)
Saldo em 31/12/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.297	87	32	1.416

(*) Refere-se à controlada Duratex face à adesão da empresa ao programa de parcelamento (item d).

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – R\$ 1.245: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS pelo regime cumulativo.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de dezembro de 2017, esses processos totalizavam R\$ 1.116 para causas tributárias, R\$ 88 para causas trabalhistas e R\$ 10 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 554: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 279 Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 51: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 49: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 17: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 15: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

d) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

As controladas Duratex, Elekeiroz e Itautec aderiram, no âmbito federal, ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) instituído pela Lei nº 13.496, de 24/10/2017 e, no âmbito estadual, as principais legislações relacionadas ao parcelamento de tributos foram o Decreto nº 62.709 em São Paulo, de 19/07/2017, a Lei Complementar nº 362 em Pernambuco, de 23/06/2017, e a Lei nº 13.803 na Bahia, de 23/11/2017.

Esses programas permitiram a regularização dos débitos referidos nessas legislações, decorrentes de natureza tributária e previdenciária, inclusive os inscritos em dívida ativa.

O efeito líquido no resultado do exercício de 2017, em decorrência da adesão dessas empresas, corresponde a um ganho de R\$ 12.

Notas Explicativas**NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA****a) Capital Social**

Em reunião de 18/05/2017, o Conselho de Administração homologou a elevação do capital social subscrito e integralizado de R\$ 36.405 para R\$ 37.145, mediante emissão de 121.311.478 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 46.341.899 ordinárias e 74.969.579 preferenciais, para subscrição particular ao preço de R\$ 6,10 por ação.

Em reunião de 07/08/2017, o Conselho de Administração deliberou cancelar 77.789.229 ações ordinárias de emissão própria existentes em tesouraria, mediante absorção de R\$ 653 consignados em Reservas de Lucros.

O capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 37.145, representado por 7.473.629.873 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.823.483.724 ordinárias e 4.650.146.149 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

O capital social autorizado é de 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos ao final dos exercícios de 2016 e 2017:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2016	257.383.946	413.925.142	671.309.088	4.080
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.100.005	2.735.820.552	5.589.920.557	27.389
Residentes no Exterior	831.049	1.839.356.018	1.840.187.067	9.016
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2017	(31.447.330)	74.969.579	43.522.249	740
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(77.789.229)	-	(77.789.229)	-
Subscrição de Ações	46.341.899	74.969.579	121.311.478	740
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145
Residentes no País	2.821.665.246	2.693.462.873	5.515.128.119	27.411
Residentes no Exterior	1.818.478	1.956.683.276	1.958.501.754	9.734
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	-
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	-
Em Circulação em 31/12/2017	2.823.483.724	4.650.146.149	7.473.629.873	37.145

Notas Explicativas**b) Ações em Tesouraria**

No período de 01/01 a 31/12/2017 foram adquiridas 50.970.229 ações ordinárias de emissão própria (26.819.000 de 01/01 a 31/12/2016), com base em autorizações do Conselho de Administração, para manutenção em tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado, ao custo total de R\$ 449 (R\$ 204 de 01/01 a 31/12/2016) e custo médio unitário de R\$ 8,80 (R\$ 7,61 de 01/01 a 31/12/2016).

Em reuniões de 13/02/2017 e 07/08/2017, o Conselho de Administração deliberou cancelar 77.789.229 ações ordinárias de emissão própria existentes em tesouraria, mediante absorção de R\$ 653 consignados em Reservas de Lucros.

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	(33)
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	33
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	(204)
Ações Adquiridas	(50.970.229)	-	(50.970.229)	(449)
Cancelamento de Ações	77.789.229	-	77.789.229	653
Ações em Tesouraria em 31/12/2017	-	-	-	-

c) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas**I. Cálculo**

Lucro Líquido	8.403	
(-) Reserva Legal	(420)	
Base de Cálculo do Dividendo	7.983	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.996	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	6.601	82,69%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos	814	(88)	726
Dividendos	224	-	224
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 03/07/2017	112	-	112
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/10/2017	112	-	112
Juros sobre o Capital Próprio	590	(88)	502
1 parcela de R\$ 0,0790 por ação paga em 25/08/2017	590	(88)	502
Provisionados	1.480	(188)	1.292
Dividendos	224	-	224
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/01/2018	112	-	112
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/04/2018	112	-	112
Juros sobre o Capital Próprio	1.256	(188)	1.068
1 parcela de R\$ 0,16806 por ação a ser paga em 07/03/2018	1.256	(188)	1.068
Adicionais (Registrados em Reservas de Lucros)	5.002	(419)	4.583
Juros sobre o Capital Próprio	2.795	(419)	2.376
1 parcela de R\$ 0,37400 por ação a ser paga em 07/03/2018	2.795	(419)	2.376
Dividendos	2.207	-	2.207
1 parcela de R\$ 0,11025 por ação a ser paga em 07/03/2018	824	-	824
1 parcela de R\$ 0,18500 por ação a ser paga em 05/04/2018	1.383	-	1.383
Total em 31/12/2017 - R\$ 0,8832 líquido por ação	7.296	(695)	6.601
Total em 31/12/2016 - R\$ 0,5044 líquido por ação	4.315	(581)	3.734

d) Reservas Integralizadas• **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• **Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros	16.556	12.370
Legal	1.374	954
Estatutárias	15.182	11.416
Equalização de Dividendos	5.718	5.402
Reforço do Capital de Giro	1.594	2.110
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.868	2.662
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (*)	5.002	1.242
Reservas de Capital	719	707
Total das Reservas na Controladora	17.275	13.077

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reservas de Capital	Reserva de Lucros		Total das Reservas
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias	
Saldo em 31/12/2016	707	954	11.416	13.077
Constituição de Reservas	-	420	687	1.107
Cancelamento de Ações	-	-	(653)	(653)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (Reserva de Lucros)	-	-	5.002	5.002
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	-	-	(1.242)	(1.242)
Ágio na Emissão de Ações	1	-	-	1
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	11	-	(28)	(17)
Saldo em 31/12/2017	719	1.374	15.182	17.275

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**NOTA 19 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES****Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.787.034	2.678.887	2.517.937	1.333.914	1.875.322	1.290.994	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Nos anos de 2015 e 2017 não houve outorga de opção de ações.

Notas Explicativas

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
					31/12/2016	31/12/2017			Vencidas	2007 a 2015	2016	2017	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	-	-	9,79	-	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.294.078	-	8,88	-	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.340.260	1.132.434	7,26	19	-	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	839.525	-	3,98	-	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	808.763	685.019	7,04	9	-	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.523.797	1.227.778	5,11	9	-	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	780.997	658.552	5,69	6	-	7	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.222.907	1.025.843	6,54	8	-	7	2	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.144.813	1.872.257	4,48	9	-	4	2	2	-
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	1.002.550	990.050	4,00	6	-	-	1	1	3
Soma	19.673.748				10.957.690	7.591.933		66	35	90	5	3	3
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								64	34	86⁽¹⁾	5⁽²⁾	3⁽³⁾	3⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2017.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Duratex S.A. possuía 2.478.659 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Notas Explicativas**NOTA 20 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	6.247	5.866
Mercado Interno	5.457	5.005
Mercado Externo	790	861
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(1.278)	(1.179)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	4.969	4.687

NOTA 21 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Variação do valor justo dos ativos biológicos	215	158
Variação nos estoques de produtos acabados	171	358
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.628)	(2.677)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(999)	(956)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(549)	(607)
Despesas de transporte	(314)	(321)
Despesas de publicidade	(177)	(145)
Outras despesas	(401)	(387)
Total	(4.682)	(4.577)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Custo dos produtos e serviços	(3.674)	(3.641)
Despesas com vendas	(686)	(629)
Despesas gerais e administrativas	(322)	(307)
Total	(4.682)	(4.577)

Notas Explicativas**NOTA 22 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Reversões (provisões) para Contingências (*)	(245)	(24)
Resultado de Plano Benefício	6	14
Amortização Intangível	(34)	(31)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(5)	(5)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	58	84
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	15	20
Receita de Aluguel	9	10
Ganho por Compra Vantajosa Aquisição Nexoleum S.A.	-	5
Desativação Linhas de Produtos	-	(62)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(22)
Perda de valor recuperável dos ativos do imobilizado e intangível	(51)	(155)
Crédito prêmio IPI (Nota 17a)	38	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio NTS (Nota 5)	175	-
Adesão ao Programa especial de regularização tributária - PERT	37	-
Créditos Prodep - Reintegra	13	5
Créditos Tributários - Trânsito em Julgado de Processos Judiciais	15	1
Outros	18	(11)
Total	49	(171)

(*) Inclui a provisão de multa sobre exigível suspenso no valor de R\$ 163.

Notas Explicativas**NOTA 23 – RESULTADO FINANCEIRO**

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	245	301
Variação cambial ativa	31	7
Atualizações monetárias	39	49
Juros e descontos obtidos	56	14
Outras	4	14
Total das Receitas Financeiras	375	385
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(359)	(106)
Variação cambial passiva	(47)	(28)
Atualizações monetárias	(83)	(91)
Operações com derivativos	(52)	(312)
Taxas bancárias	(16)	(10)
Imposto de operações financeiras	(7)	(1)
Outras	(37)	(28)
Total da Despesas Financeiras	(601)	(576)
Total do Resultado Financeiro	(226)	(191)

Notas Explicativas**NOTA 24 – LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Líquido	8.403	8.211
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)
Subtotal	8.357	8.165
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(28)
Subtotal	8.329	8.137
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	3.158	3.117
Aos Detentores de Ações Preferenciais	5.171	5.020
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	3.186	3.145
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	5.217	5.066
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.825.107.353	2.841.521.554
Ações Preferenciais	4.625.156.289	4.575.176.570
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,13	1,11
Ações Preferenciais	1,13	1,11

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas**NOTA 25 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2016	Amortizações/ Realizações	31/12/2017
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	27	(4)	23
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	37	(15)	22
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	65	(19)	46
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	132	(19)	113
Passivo fiscal Diferido (IV)	(53)	8	(45)
Total ágio alocado (V = III + IV)	79	(11)	68
Ágio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAÚSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAÚSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAÚSA.

Notas Explicativas**NOTA 26 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de dezembro de 2017 com 8.736 participantes (8.940 em 31 de dezembro de 2016).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 8a) no total de R\$ 123 (R\$ 117 em 31 de dezembro 2016). Foi reconhecido no resultado do período a receita de R\$ 6 (despesa de R\$ 2 de 01/01/2016 a 31/12/2016).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 8a), era de R\$ 9 (R\$ 14 em 31/12/2016), a ser realizado em 18 (dezoito) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de Desconto	9,75% a.a.	11,14% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	6,62 % a.a.	7,23 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.
Inflação	4,25 % a.a.	4,85 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas**NOTA 27 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO**

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Setor Financeiro e Setores não Financeiros.

A ITAÚSA tem como parte de seu objeto social a participação no capital social de outras empresas de diversos segmentos. Seus principais investimentos são: Duratex, Elekeiroz, Alpargatas e Nova Transportadora do Sudeste - NTS, que atuam no setor não financeiro, e o Itaú Unibanco Holding, que atua no setor financeiro.

As empresas nas quais a ITAÚSA investe têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Setor Financeiro**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de dezembro de 2017 podem ser acessadas no site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/>.

- **Setor não Financeiro**

No setor não financeiro temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos e serviços fornecidos pelas empresas:

I) Alpargatas: suas atividades são a fabricação e comercialização de calçados e respectivos componentes; artigos de vestuário; artefatos têxteis e respectivos componentes; artigos de couro, de resina e de borracha natural ou artificial e artigos esportivos. A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios da Alpargatas e suas informações não são consolidadas, sendo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

II) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

III) Nova Transportadora do Sudeste - NTS: transporta, através de gasodutos, gás para distribuidoras e usinas térmicas de SP, RJ e MG, região responsável pela geração de grande parte do PIB do país. A ITAÚSA investe na NTS juntamente com outros sócios e esse investimento está contabilizado como um Ativo Financeiro, de acordo com o CPC 38.

IV) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir os principais indicadores das empresas do portfólio Itaúsa, extraídos das respectivas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e ROE correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

	Janeiro a Dezembro	Setor Financeiro	Setor Não Financeiro				
							ITAÚSA
Ativos Totais	2017	1.434.969	3.853	9.465	10.024	458	65.580
	2016	1.353.241	3.782	9.341	n.d	434	59.020
Receitas Operacionais ⁽¹⁾	2017	189.625	3.722	3.991	4.112	979	13.532
	2016	208.274	4.054	3.910	n.d	771	13.266
Lucro Líquido	2017	23.903	362	185	1.809	48	8.403
	2016	23.263	362	24	n.d	(344)	8.211
Patrimônio Líquido (PL)	2017	134.840	2.186	4.715	3.943	151	53.229
	2016	122.582	1.976	4.570	n.d	111	47.729
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽²⁾	2017	19,7%	17,1%	4,0%	45,1%	38,0%	16,8%
	2016	20,1%	18,9%	0,5%	n.d	-93,0%	17,7%
Geração Interna de Recursos ⁽³⁾	2017	83.366	478	1.014	2.781	86	1.187
	2016	97.507	515	932	n.d	(24)	891

(1) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Alpargatas, Duratex, NTS e Elekeiroz: Vendas de Produtos.

(2) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'16 + mar + jun + set + dez) / 5.

(3) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas**NOTA 28 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Aplicações Financeiras	37	126	2	15
Itaú Unibanco S.A.	37	126	2	15
Clientes	35	37	100	190
Partes Relacionadas de Controladas (*)	35	37	100	190
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(7)	(6)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(2)	(2)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(1)	(4)
Itaú Seguros	-	-	(1)	-
Itaú BBA	-	-	(3)	-
Total	72	163	95	199

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A. e Fibria Celulose, além de custos com arrendamento rural com a Ligna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 (R\$ 4 de 01/01 a 31/12/2016), em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Duratex S.A.	104	211
Elekeiroz S.A.	102	138
Itautec S.A.	4	19
Total	210	368

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	37	33
Participações no Lucro	25	10
Opções de Ações	4	5
Total	66	48

Notas Explicativas**NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS****I) Fatores de Riscos Financeiros**

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 71 (R\$ 666 em 31/12/2016), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado**(i) Risco Cambial**

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem o objetivo de zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2017	31/12/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	16	17	-
Posição Ativa	634	659	17	-
Moeda Estrangeira (USD)	614	639	17	-
Taxa Pré-Fixada	20	20	-	-
Posição Passiva	(634)	(643)	-	-
CDI	(634)	(643)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	102	102	-	-
Compromisso de Venda	102	102	-	-
NDF	102	102	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2016	31/12/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	94	98	(4)
Posição Ativa	959	1.120	98	(4)
Moeda Estrangeira (USD)	901	1.062	98	(3)
Taxa Pré-Fixada	58	58	-	(1)
Posição Passiva	(959)	(1.026)	-	-
CDI	(959)	(1.026)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	27	27	-	-
Compromisso de Venda	27	27	-	-
NDF	27	27	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da B3 / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	(8)	(172)	(335)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	8	172	335
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	26	51
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	(26)	(51)
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(5)	(10)
		Aumento US\$	-	5	10
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(1)	2	4
		(Aumento US\$)	-	(2)	(4)
	Fornecedores Exterior (-) Hedge	Queda US\$	-	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
Total			(1)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/12/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	1.050	1.710	1.188	808
Fornecedores e Outras Obrigações	365	-	245	32
Total	1.415	1.710	1.433	840

31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	780	1.636	1.292	4
Fornecedores e Outras Obrigações	298	1	-	34
Total	1.078	1.637	1.292	38

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: evidenciação" para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/12/2017	31/12/2016
Ativos ⁽¹⁾		4.806	5.119
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	84	50
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	1.134	2.384
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	-	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	52	249
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3	943	-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2	444	-
Contas a Receber de Clientes	2	1.091	934
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	630	1.004
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	99	99
Outros Ativos Financeiros	2	329	338
Passivos		6.775	6.077
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	4.756	3.712
Fornecedores / Outras Obrigações	2	642	333
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.377	2.032

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 10 IIa.

NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Alienação de Instalações e Equipamentos Destinados à Produção de Chapas Finas de Fibra de Madeira**

Em 31 de janeiro de 2018, a Duratex comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que aceitou por si ou por intermédio de suas afiliadas, Proposta Vinculativa do Grupo Eucatex envolvendo a compra de instalações e equipamentos destinados à produção de Chapas Finas de Fibra de Madeira.

A aceitação pela Duratex da Proposta Vinculativa não acarretará efeitos relevantes em seu resultado ou em seus contratos anteriormente celebrados.

Com base na legislação vigente, a consumação dessa operação está condicionada à sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Até tal aprovação, a gestão das linhas permanecerá com a Duratex, em ritmo usual de produção.

b) Alienação de Terras e Florestas

Em 05 de fevereiro a Duratex comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou com a Suzano Papel e Celulose, um Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, envolvendo a alienação de terras e florestas a ser concretizada pela Duratex ou por intermédio de suas afiliadas.

A operação, que prevê a venda de terras e florestas na região central do Estado de São Paulo, está estruturada em 2 etapas, sendo:

(i) Venda firme de cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e os ativos florestais nelas existentes, no valor de R\$ 308. Essa etapa deverá resultar no reconhecimento de lucro extraordinário da ordem de R\$ 140, quando concretizada a operação.

(ii) Opção exclusiva a Suzano, a preços já estabelecidos, de aquisição de outro lote de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais e os ativos florestais ali existentes, a ser exercida até 02/07/2018, totalizando R\$ 749. Se exercida essa opção, a Duratex deverá reconhecer um lucro extraordinário da ordem de R\$ 360 quando concretizada a operação.

A conclusão dessa operação está sujeita a determinadas condições usuais para este tipo de transação, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do ano anterior, exceto pela inclusão dos assuntos relacionados a Aquisição do controle compartilhado da Alpargatas S.A. ("Alpargatas"), por se referir a um evento de negócio estratégico do exercício social corrente.

Investimento na Controlada em conjunto - Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento em conjunto no Itaú Unibanco Holding S.A. ("IUH") representa 76% do total do ativo consolidado da Companhia, que são auditados por outros auditores independentes ("auditor do IUH"), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor do IUH que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de assecuração razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor do IUH.

O IUH é uma holding financeira que atua nas diversas modalidades bancárias, bem como em atividades de seguros, previdência e capitalização. O IUH realiza um volume expressivo de operações em todas essas modalidades e, em decorrência desse fato é altamente dependente de seu ambiente de tecnologia da informação para processamento dessas operações.

Adicionalmente as demonstrações contábeis do IUH apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor do IUH como principais assuntos de auditoria, são:

- ? Provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- ? Instrumentos financeiros e derivativos - nível 3;
- ? Créditos tributários;
- ? Ágio; e
- ? Provisão para passivos contingentes.

Considerando o exposto acima entendemos que a avaliação do auditor do IUH sobre o ambiente de tecnologia, bem como as estimativas contábeis críticas, são áreas de foco de auditoria do IUH.

Resposta da auditoria ao assunto

Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor do IUH em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os demais auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor do IUH e com a Administração da Companhia e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis.

Em relação ao ambiente de tecnologia da informação, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- ? Revisão da avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis; e
- ? Revisão dos procedimentos executados para avaliar se estes envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles compensatórios e a execução de testes detalhados sobre certos aspectos relacionados à segurança da informação, incluindo gestão de acessos e segregação de função.

Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor do IUH, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- ? Realização de testes sobre o desenho e a operação dos controles para registro, mensuração, baixa e divulgação das operações;
- ? Análise, quando aplicável, da razoabilidade da aplicação de determinadas premissas e julgamento da administração do IUH, bem como foi revisado a integridade e completude das bases de dados e os modelos de cálculos envolvidos para apuração dos saldos; e
- ? Revisão dos testes detalhados relacionados à existência, valor correto, integridade e registro no momento correto das operações, em conjunto com os seus especialistas.

Consideramos que a avaliação dos critérios e das premissas adotadas pela administração para a determinação dessas estimativas críticas produzem valores que estão dentro de intervalos aceitáveis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB. Adicionalmente, a combinação dos testes sobre os controles e outros testes detalhados realizados pelo auditor do IUH, os possibilitou estabelecer um adequado nível de confiança no ambiente de tecnologia do IUH para o propósito de nossa auditoria da Companhia.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes no ambiente de tecnologia e nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração do IUH, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Investimento na Controlada - Duratex S.A.

O investimento na controlada Duratex S.A. ("Duratex") representa 3% do total de ativos nas demonstrações contábeis individuais da Companhia e é a subsidiária que representa a maior empresa individual incluída no processo de consolidação, no qual é auditado por outros auditores independentes ("auditor da Duratex"), e efetuamos os trabalhos de auditoria de grupo, como foco na avaliação dos principais assuntos de auditoria, levantados pelo auditor da Duratex que foram julgados na ocasião de seus trabalhos. Efetuamos a leitura deles e a avaliação crítica destes trabalhos de assecuração razoável, com o objetivo de obter conforto de auditoria sobre os trabalhos deste auditor da Duratex.

As demonstrações contábeis da Duratex apresentam estimativas contábeis críticas relacionadas a operações que requerem elevado nível de julgamento para apuração dos saldos contábeis. Essas estimativas contábeis críticas, levantadas pelo auditor da Duratex como principais assuntos de auditoria, são:

- ? Valor recuperável dos ativos intangíveis – "Goodwill";
- ? Mensuração do valor justo dos ativos biológicos; e
- ? Realização dos créditos tributários.

Devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, entendemos que a avaliação do auditor da Duratex sobre essas estimativas contábeis críticas está adequada e são áreas de foco de auditoria da Duratex.

Resposta da auditoria ao assunto

Os procedimentos de auditoria realizados pelo auditor da Duratex em relação às estimativas contábeis críticas incluíram comunicação com os auditores das investidas e seus especialistas, com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos. Revisamos seus papéis de trabalho e discutimos os resultados alcançados. Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com o auditor da Duratex e avaliamos o impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Em relação às estimativas contábeis críticas levantadas como principais assuntos de auditoria pelo auditor da Duratex, consideramos a revisão dos seus papéis de trabalho e as conclusões quanto a:

- ? Revisão dos trabalhos executados e as conclusões dos seus especialistas quanto a avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração da Duratex; e
- ? Revisão das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, se estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB.

Após aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis, são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, realizadas pelo auditor da Duratex.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração da Duratex, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Investimento na Controlada em conjunto – Alpargatas S.A.

Em 20 de setembro de 2017, a Companhia passou a deter o controle compartilhado da Alpargatas em conjunto com a Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A. e Cambuhy Investimentos Ltda.

A Alpargatas é uma companhia de capital aberto que atua na fabricação e comercialização de calçados; artigos de vestuário; artefatos têxteis; artigos de couro, de resina e de borracha e artigos esportivos.

Esse assunto foi considerado como foco em nossa auditoria por representar um evento de negócio estratégico para a Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da correta contabilização da compra das ações da Alpargatas por meio de: revisão da documentação suporte - em especial os contratos de compra e venda - e das movimentações financeiras relacionadas. Adicionalmente, avaliamos as divulgações das operações nas demonstrações contábeis da Companhia e a apuração dos saldos de equivalência patrimonial.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

? Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria. Quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, comunicamos também, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2018.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2018. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 19 de fevereiro de 2018, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade:

a) declarar, em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09), que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017; em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e

(ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

b) propor ao Conselho de Administração a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício de 2017, no montante de R\$ 8.402.636.011,87:

Reserva Legal R\$ 420.131.800,59

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio R\$ 7.296.968.565,18

Reservas Estatutárias:

Equalização de Dividendos R\$ 342.767.823,05

Reforço de Capital de Giro R\$ 137.107.129,22

Aumento de Capital de Empresas Participadas R\$ 205.660.693,83

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL: em 19 de fevereiro de 2018, às 8:00 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, 9º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Alfredo Egydio Setubal, Diretor Presidente.

QUORUM: a totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: após exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que foram objeto de recomendação favorável pela Comissão de Finanças, a Diretoria deliberou, por unanimidade:

a) declarar, em atendimento aos requerimentos estatutários e observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários (incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM 480/09), que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes S/S na qualidade de auditores independentes, referentes às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017; em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também examinadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa; ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas; e

(ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

b) propor ao Conselho de Administração a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício de 2017, no montante de R\$ 8.402.636.011,87:

Reserva Legal R\$ 420.131.800,59

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio R\$ 7.296.968.565,18

Reservas Estatutárias:

Equalização de Dividendos R\$ 342.767.823,05

Reforço de Capital de Giro R\$ 137.107.129,22

Aumento de Capital de Empresas Participadas R\$ 205.660.693,83

ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2018. (aa) Alfredo Egydio Setubal – Diretor Presidente; Roberto Egydio Setubal e Rodolfo Villela Marino – Diretores Vice-Presidentes.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores